

ADRIANA DE OLIVEIRA LIMAS CARDOZO

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE HISTÓRIAS PRODUZIDAS POR
CRIANÇAS**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências da
Linguagem como requisito parcial à obtenção
do grau de Mestre em Ciências da Linguagem.

Universidade do Sul de Santa Catarina.

Orientadora: Dra. Solange Leda Gallo

TUBARÃO, 2006.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Solange Leda Gallo pela disponibilidade em me orientar e pela compreensão dos momentos difíceis que se apresentaram durante este percurso.

Ao Marcelo pelo amor, compreensão e carinho que se fazem presente durante estes dezessete anos de relacionamento.

A meus pais pelo incentivo acadêmico e profissional.

RESUMO

Este trabalho dissertativo se propõe a investigar através da análise do discurso e da psicanálise como se constrói a subjetividade através da confecção de histórias elaboradas por crianças. As histórias analisadas foram desenvolvidas por alunos de quinta-série do ensino fundamental. Entende-se que a noção de autoria, efeito-autor e função-autor desenvolvidas por Pêcheux auxiliam no entendimento da subjetividade assim como a noção de construção do funcionamento psíquico defendida pela psicanálise através de Lacan e suas teorias relativas ao estágio de espelho, real, simbólico e imaginário. Através dos conceitos elencados e das histórias analisadas percebe-se o quanto o processo de autoria auxilia na construção da subjetividade que está em desenvolvimento através da elaboração da escrita. A escrita possui um papel fundamental representado pela tentativa de colocar em palavras o que não pode ser significado. Através da sublimação, o investimento libidinal que está focado no trabalho escolar, auxilia na tomada de decisão que o sujeito busca diante de suas e de sua modificação corporal. Assim, pode a escrita auxiliar na posição que o sujeito muitas vezes assume diante das questões sociais impostas.

Palavras-chave: subjetividade, autoria, escrita

ABSTRACT

This dissertation work proposes to investigate thought discourse and psychoanalysis analysis how to build subjectivity through histories executed by children. The history analysis was developed by students of fifth grade of elementary instruction. We understood that authority, conception of author effect and author function, Pêcheux's of subjectivity, like psychical function of construction, vindicated by psychoanalysis through Lacan: mirror's stadium, real, symbolic, imaginary. Through the concepts now nominated, and histories analysed, we can perceive how much authority process helps the construction of subjectivity that is development through writing. The writing has an essential role representing by trying to put in words what it can't have meaning. Through sublimation, libidinal investment that is façade in school work, it helps in the position taken, that subject looks in front of his frustration and his corporal modification. That way can help the subject's position many times takes over in front of some impositive social's situations.

Keywords: subjectivity, authority, writing.

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>Apresentação</u>	6
<u>2</u>	<u>Análise do discurso e a noção de subjetividade</u>	9
2.1	A <u>análise do discurso como método investigativo</u>	9
2.1.1	O <u>discurso pedagógico (D.P.)</u>	20
2.1.2	A <u>função-autor e a autoria como processos subjetivos</u>	23
2.1.3	<u>Forma-sujeito e efeito autor como posições subjetivas</u>	25
<u>3</u>	<u>Construção da subjetividade e constituição do sujeito do inconsciente</u>	30
3.1	A <u>subjetividade em psicanálise: a constituição do sujeito e a teoria do estágio de espelho</u>	30
3.2	O <u>real, o simbólico e o imaginário: a constituição subjetiva em psicanálise</u>	33
3.3	<u>Autoria e sublimação como processo de formalização da</u>	38
	subjetividade	
<u>4</u>	<u>Proposta metodológica e recorte teórico do corpus</u>	43
<u>C</u>	<u>conclusão</u>	73
<u>R</u>	<u>Referências Bibliográficas</u>	80

1 APRESENTAÇÃO

Busca-se através do presente trabalho analisar trechos de histórias infantis escritas, utilizando-se da teoria da análise discursiva, como forma de desenvolver subsídios para a compreensão da construção do sujeito da escrita.

Trata-se aqui de uma articulação teórica entre a Psicanálise e a Análise do Discurso, teorias estas que têm como objetivo intervir no discurso e aprofundar o conhecimento sobre o sujeito e a linguagem.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a construção da subjetividade pela escrita como um mecanismo inconsciente num contexto que envolve o processo de autoria.

A psicanálise entende que a subjetividade humana está inserida na cultura pela língua materna, representada por figuras parentais e construída através de representações simbólicas, vivenciadas antes mesmo do nascimento, ou seja, antes da aprendizagem da língua materna.

O conteúdo verbal infantil está diretamente relacionado à reprodução de experiências familiares. Esta relação fica evidenciada quando no “ato de brincar” os conflitos facilmente identificados pelo conteúdo lingüístico utilizado, tanto pelo tipo de brincadeira escolhido quanto pelo direcionamento dado a estes atos.

O processo de construção da identidade infantil passa pela elaboração discursiva de situações vivenciadas que anteriormente não puderam ser significadas por algum motivo.

Na elaboração de um enunciado pode-se ensaiar uma organização com palavras de conflitos psicológicos que não puderam ser articuladas anteriormente, como situações em que a angústia impera, por exemplo, auxiliando assim na organização interna necessária à de uma identidade psíquica.

Esta capacidade de organização psíquica, através da elaboração discursiva, peculiar das crianças, nasce da existência apenas de uma concepção imaginária que não está bem desenvolvida, pois recursos lingüísticos e intelectuais, ainda estão em formação. Para a construção destes recursos durante o desenvolvimento intelectual constroem-se também questões relativas à subjetividade.

Esta pesquisa visa estabelecer uma relação conseqüente entre a subjetividade do sujeito da escrita com o efeito de autoria que esta escrita produz, através de subsídios lingüísticos e psicanalíticos encontrados nas histórias produzidas por crianças de quinta-série do ensino fundamental. Será utilizada uma amostra cuja seleção destas refere-se a situações onde podem ser evidenciadas através da escrita aspectos importantes como:

1. A escrita infantil possui marcas significativas, que se mostram através dos tempos verbais no presente e no futuro e dos pronomes utilizados, na medida em que eles identificam o “eu” e o “outro” em situações articuladas com palavras.
2. As passagens que revelam uma dificuldade estrutural na formulação dos textos escritos pelos pesquisados, como uma conseqüente fragilidade da assunção da autoria (escrita legítima) que possam estar relacionados com as dificuldades de elaboração da constituição corporal interna e conseqüentemente da subjetividade.

3. Situações onde não há uma relação clara entre o eu mítico e um sujeito do discurso pedagógico, ou melhor, não há um limite construído e trabalhado que separe a realidade da ficção.
4. Procuraremos, ainda, investigar a relação escrita entre as construções de histórias infantis com a da compreensão do corpo e com a da sexualidade, diante da concepção psicanalítica, por serem estas de natureza metafórica, e estão marcadas por construções psíquicas do “Eu” e da subjetividade humana.

Com base no que foi referido, busca-se, no decorrer do presente trabalho evidenciar de que maneira esta construção (de efeito de autoria) está vinculado à construção subjetiva de um sujeito.

2 ANÁLISE DO DISCURSO E A NOÇÃO DE SUBJETIVIDADE

2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO COMO MÉTODO INVESTIGATIVO

A Análise do Discurso (A.D.), método de referência utilizado neste trabalho dissertativo busca analisar e entender o funcionamento das diversas formas de discurso caracterizadas em determinados contextos sociais, políticos e históricos.

Segundo Orlandi (2003) na história da reflexão sobre a linguagem a A.D. se constrói não como uma alternativa para a lingüística , mas como proposta crítica que procura justamente problematizar as formas de reflexão estabelecidas. Ao mesmo tempo em que pressupõe a Lingüística, a A.D. abre um campo de questões no interior da própria Lingüística e refere o conhecimento da linguagem ao de formações sociais. Não há um acúmulo científico fixo, referente à teoria, objeto e método. A cada momento a A.D. redimensiona seu objeto, reavalia aspectos teóricos e se relaciona criticamente com seu método.

Afirma ainda que a A.D. pretende ser uma teoria crítica que aborda a determinação histórica do processo de significação, uma vez que problematiza a atribuição de sentido ao texto, procura mostrar tanto a materialidade do sentido, quanto os processos de constituição do sujeito que instituem os funcionamentos discursivos de qualquer texto.

Segundo Borges (2000), pode-se pensar o sujeito, e suas derivações de subjetividade, assujeitamento e de intersubjetividade como noções centrais da A.D. . Para que haja discurso, o sujeito inscreve-se na linguagem e simultaneamente na historicidade; diz-se que o sujeito e o sentido de seu dizer são determinados na e pela história, sendo esta a condição irrecusável para que haja discursividade. E, pode-se, segundo este autor, afirmar ainda que no dizer do sujeito atuam outros dizeres (no interdiscurso) que independem de sua vontade (intencionalidade).

Desse modo, sujeito é aquele que está inscrito na linguagem e conseqüentemente é afetado por fatores históricos e ideológicos que o situam em determinada formação, que é denominada pela A.D. como formação discursiva (F.D.) que gera certos efeitos de sentido entre os locutores.

Para Mainguenu (2000), F.D. é uma noção utilizada na Escola Francesa e foi introduzida por Foucault para designar conjuntos de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinados. Desta forma, procurava contornar as unicidades tradicionais como teoria, ideologia, e ciência. E foi com Pêcheux que esta noção entrou para a A.D., relacionada às formações ideológicas.

Chamaremos, então, de F.D. aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes que delimita o que pode e deve ser dito e articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição ou de um programa (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Esta noção (em F.D.) torna-se indispensável para o trabalho proposto, pois as histórias investigadas das crianças fazem parte de um contexto escolar e dentro de um conjunto de regras e de uma política discursiva específica (discurso pedagógico) para o desenvolvimento de cada atividade implementada.

Antes de aprofundar as questões relativas à subjetividade, faz-se necessário refletir sobre o conceito de discurso.

Na A.D., discurso designa menos um campo de investigação delimitado do que certo modo de apreensão da linguagem : este último não é considerado aqui como uma estrutura arbitrária, mas como a atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados. Nesse emprego, discurso não é susceptível de plural, diz-se: “o discurso” (MAINGUENAU, 2000, p. 43).

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a construção do discurso se dá pela construção histórico-cultural dos indivíduos. Esta construção discursiva ocorre de forma diferente na oralidade e na escrita.

Gallo (1992) afirma que, de fato, a oralidade e sua transcrição, por mais que possuam semelhanças em relação à escrita, produzirá sempre um sentido diverso, inacabado e ambíguo, exatamente por não ter passado pelo processo de legitimação. E este efeito de sentido estará marcado nos textos inscritos nessa prática de oralidade. Ao falar desta distinção entre oralidade e escrita descreve sua evolução, resgatando o processo de legitimação da Língua Portuguesa no Brasil:

A língua brasileira é originariamente oral. Sua inscrição passa necessariamente pelo saber da Língua Portuguesa, o que acontece, entretanto, diferentemente da idade média é que essa língua originariamente oral não passará por um processo de legitimação, como foi o caso das variedades lingüísticas da Europa Medieval. No Brasil, a Língua originariamente oral como vimos, começará a passar sim por um processo de disciplinação. O processo de legitimação está diretamente ligado ao poder político, e econômico e este a uma determinada classe (a dominante). No nosso caso, os colonizadores. Isto explica o fato de que será a língua Portuguesa (escrita ou oral) que instituirá o sentido único e desambigüisada e nessa língua passará a ser registrada a história do Brasil em todas as suas dimensões. A Língua brasileira

oral (inicialmente o Tupi) ao ser transcrita já o será a partir de um modelo europeu de escrita. Essa transcrição por sua vez será oralizada e estará definindo o lugar de índios e brancos (GALLO, 1992).

Ainda para a autora supracitada, nos séculos XIX e XX, a “produção” de textos inscritos no discurso legitimado se proliferou e adquiriu realmente o estatuto de “produção”. Neste novo processo, percebe-se uma figura central, a do Autor, que a partir do século XVIII surge como Autor-Nacional, sujeito de um discurso legitimado e se colocando, ao mesmo tempo como origem do dizer. Esse Autor sofre um deslocamento no início de século XX e seu discurso passa a ser “produção” de uma indústria cultural. Assim, a construção discursiva da escrita, parte da oralidade, passa a se formalizar e a provocar mudanças, ocupando uma posição social diferenciada.

Outra noção que compõe à A.D. e que auxilia na compreensão da construção discursiva, refere-se à heterogeneidade.

Para Coracini, (2001), o termo heterogeneidade significa diferente, disforme (hetero), paralelo à homogeneidade.

Segundo a autora, é com Authier-Revuz, baseando-se em Bakhtin e na noção de sujeito psicanalítico de inspiração lacaniana, que, nos estudos discursivos emerge a noção de heterogeneidade não mais como diversidade entre os indivíduos, nem como vozes complementares no diálogo comunicativo, nem como vozes que habitam os signos lingüísticos (em qualquer um dos casos exteriores ao sujeito), mas ao contrário, como constitutiva deste e consequentemente de todo dizer. Esta heterogeneidade que constitui o sujeito revela-se pelo discurso e também constituído pelo atravessamento de outros discursos, que se vê dissimulada pelo desejo de unicidade, homogeneidade e de controle de nossa cultura em sua superfície textual na qual se apresenta como una, monológica, intencional e, sobretudo, portadora de

significados autorizados por um autor consciente (que escolhe bem suas palavras para melhor controlar o sentido que deseja imprimir no texto).

Ainda para Coracini (2001), a partir deste conceito de heterogeneidade do discurso, pode-se pensar que este deixa de ser um lugar privado de interação e comunicação, para também ser um lugar do equívoco e, conseqüentemente, de não comunicação, sempre atrelado a um momento histórico-social, responsável pelos diferentes sentidos produzidos.

Segundo Pêcheux (1988), os diferentes sentidos produzidos podem ser entendidos através da ideologia existente no processo de construção subjetiva. A ideologia (termo utilizado no singular) é empregada pelo autor referido segundo a tese central adiantada por Althusser: A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. Esta tese Althusseriana trás à tona o pensamento psicanalítico referente à constituição subjetiva, ou seja, a constituição de um sujeito do inconsciente através da introdução social da linguagem, representada aqui pela ideologia.

A noção de inconsciente e ideologia são relacionadas por Pêcheux como conceitos que se complementam e se aprofundam na formação subjetiva construída historicamente.

Ainda para Pêcheux (1988, p. 152) estas duas noções inconsciente e ideologia, não se encontram por acaso. E de fato, não se pode mascarar a ausência de uma articulação conceptual elaborada entre ideologia e inconsciente. Estas duas instâncias denominadas de estrutura e funcionamento possuem o caráter de dissimular sua própria existência na sua interiorização, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, e sobremaneira entende-se que este último adjetivo “constituem o sujeito” e não como “que afetam o sujeito”.

“Essa evidência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente aproximada por Althusser de uma outra evidência, presente, como vimos, em toda filosofia idealista da linguagem, que é a evidência do sentido” (PÊCHEUX, 1988, p. 153).

Seguindo esta visão, o autor referido acima afirma que todo o seu trabalho está determinado pela questão da constituição de sentido ligar-se à constituição do sujeito, embasado na “tese central” de Althusser referente à interpelação.

Neste processo retomado por Pêcheux (1988), revela-se a importância da relação entre ideologia e inconsciente como forma de entender a construção de sentido experienciada pelo indivíduo. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc...” evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a transparência da linguagem aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Expliquemos o que estamos querendo dizer com isso. Diremos que o caráter material do sentido – mascarado por uma evidência transparente para o sujeito consiste na sua independência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Este “complexo das formações ideológicas” poderá ser entendido através de duas teses aplicadas pelo autor. A primeira refere-se ao fato de que o sentido de uma palavra, de uma expressão e proposição não existe “em si mesmo”, mas sim, pela determinação das posições ideológicas que estão no jogo do processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (reproduzidas). Os sentidos são produzidos de acordo com as formações ideológicas nas quais as posições referidas acima se inscrevem. Com base nesta tese, Pêcheux (1988, p. 160) “define formação discursiva como aquilo que se dá na formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes, sujeito de seu discurso, pelas formações discursivas que representam na linguagem e nas formações ideológicas que lhes são correspondentes.

A Segunda tese estipulada pelo autor supracitado refere-se ao fato de que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui sua dependência com respeito ao todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”.

Pêcheux (1988, p. 162) propõe, então, chamar de interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, sendo que este conceito também está submetido ao que caracteriza o complexo das formações discursivas à lei de “desigualdade-contradição-subordinação”. O autor afirma que toda formação discursiva é dissimular na transparência do sentido que nela se forma, e é a objetividade material contraditória do interdiscurso que determina esta formação discursiva como tal. Assim, tanto “o efeito de encadeamento do pré-construído e o efeito de articulação”, leis psico-lógicas de pensamento, são na realidade determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso.

Diremos, então, que o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” **constitui o sujeito em sua relação com o sentido**, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da **forma-sujeito**. (PÊCHEUX, 1988, p. 164).

Assim determina-se, que os conceitos trabalhados pelo autor (ideologia, formação ideológica, formação discursiva, interdiscurso, efeito pré-construído e efeito de articulação) auxiliam no entendimento da constituição de sentido e do sujeito e são necessários para a construção da subjetividade trabalhada pela análise do discurso.

....o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e especificamente em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e especificamente através do interdiscurso intrincado neste complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade” , enquanto sistemas de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas (PÊCHEUX, 1988, p. 162) .

Porém, se a linguagem é simbólica, todo sujeito precisa interpretar para chegar a um sentido e esta interpretação passa para o lugar da ideologia, que no exato momento de sua realização se apaga; aparece então, o enunciado como o óbvio.

Os sentidos não nascem no sujeito, mas por ele são atualizados e constituem o que se denomina heterogeneidade constitutiva.

Segundo Althier-Revuz (1990, p.28) a evidência dos processos reais que determinam o sentido do discurso é, com efeito, indissociável de uma teoria da ilusão subjetiva da fala e de um questionamento das teorias lingüísticas da enunciação à medida que estas correm o risco de refletir “a ilusão necessária constitutiva do sujeito”, contentando-se em reproduzir, no nível teórico, esta ilusão do sujeito enunciador capaz de escolhas, intenções e decisões.

Para a autora citada anteriormente, a psicanálise e sua teoria de objeto próprio (o inconsciente), apoiada na teoria de Saussure e na leitura lacaniana de Freud, produz a dupla concepção de uma fala fundamentalmente heterogênea e de um sujeito dividido. Sempre, sob umas palavras, outras palavras são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da “pontuação do inconsciente”.

Essa concepção do discurso atravessado pelo inconsciente articula aquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito descentrado, dividido, clivado, barrado...pouco importa a palavra desde que longe do desdobramento do sujeito ou da divisão com efeito sobre o sujeito do seu encontro com o mundo exterior, divisão que se poderia tentar apagar por um trabalho de restauração da unidade da pessoa, mantido o caráter estrutural constitutivo da clivagem pelo sujeito (ALTHIER-REVUZ, 1990, p. 28).

Para a autora, a heterogeneidade “mostrada no discurso” e a heterogeneidade “constitutiva do discurso” representam duas ordens de realidades diferentes, uma de processos reais de constituição de um discurso e a outra de processos não menos reais de representação. As diversas formas de heterogeneidade são remetidas pelo corpo do discurso e pela identidade do sujeito e mostradas pela própria heterogeneidade constitutiva; proibidos, protegidos na

recusa de formas marcadas, o discurso do sujeito são, ao contrário, expostos a riscos de um jogo incerto pelas formas não assinaladas e devotadas pela perda diante da ausência da heterogeneidade apresentada no emaranhado da heterogeneidade constitutiva.

A autora afirma ainda que é ao corpo do discurso e a identidade do sujeito que remetem a diversas formas de heterogeneidade mostrada em sua relação com a heterogeneidade constitutiva, enquanto as formas não marcadas da heterogeneidade mostrada – discurso indireto livre, ironia... (de um lado), metáforas, jogos de palavras... (de outro lado) – representam pelo contínuo, a incerteza que caracteriza a referência ao outro. Porém outra forma de negociação com a heterogeneidade constitutiva, mais arriscada porque joga com a diluição, e com a dissolução do “outro” no “um”, onde este, precisamente aqui, pode ser enfaticamente confirmado, mas também pode se perder.

Neste nível do sentido o sujeito não tem acesso, por ser de dimensão inconsciente. Trata-se do que Pêcheux (1988) denomina “esquecimento número 1”.

Concordamos em chamar de esquecimento no. 2 ao esquecimento pelo qual todo sujeito- falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em formação de paráfrase...Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o **esquecimento no. 1**, que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o **esquecimento no. 1** remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos - esse exterior determina a formação discursiva em questão (PÊCHEUX, 1988, p. 173).

O esquecimento do tipo 2, por ser pré-consciente, tem relação com a dimensão enunciativa do sujeito e com o que Althier denomina heterogeneidade mostrada. Trata-se neste caso do movimento de reformulação do sentido (e do sujeito).

Pode-se exemplificar o que foi afirmado acima através de um dos trechos de uma das histórias selecionados para a análise deste trabalho dissertativo. Esta história foi intitulada de **Terra: uma outra história...**:

... Quando chegou no fim das escadarias Tecolino viu um velho com uma roupa estranha com várias estrelas desenhadas e perguntou o nome do velho, e o velho respondeu:

- Meu nome é Triks, e o seu?

- Meu nome é Tecolino, e eu tenho uma pergunta para fazer ao senhor. O velho falou:

- Me desculpe, eu já sabia seu nome, não sei porque te perguntei.

- Sabe o que é seu Triks, em primeiro lugar eu quero saber porque aquele raio me trouxe para cá. Em segundo lugar eu vou fazer uma pergunta que me veio agora na cabeça: como o senhor sabe o meu nome?

- Sabe o que é, meu caro Tecolino, eu tenho uma história toda que eu tenho que te contar para te responder e essa história começa a milhares de anos atrás, lá no meu planeta Solemax e a história é bem longa.

Neste recorte fica claro a relação entre uma situação já conhecida, porém esquecida (esquecimento n. 2). A situação é lembrada no momento em que a personagem se identifica a outra personagem e assim, justifica esta mesma situação (de já conhecer o nome do Tecolino) através um uma estória já conhecida que faz parte de sua própria história, e que ao mesmo tempo irá satisfazer sua busca pelo saber.

Através do exemplo acima, percebe-se que o sujeito estabelece uma espécie de negociação com a heterogeneidade constitutiva (a alteridade incontornável) fazendo parecer que se o outro está circunscrito (mostrado), o restante do sentido é do sujeito (nasce nele).

Pêcheux, Authier, e outros teóricos anteriores, também importantes para a A.D., percebem a heterogeneidade como peça fundamental para se compreender a “subjetividade” do sujeito falante.

Para Brandão (2000, p.166), Bakhtin busca entender o funcionamento da língua como uma forma de decentração do sujeito falante. E para entender tal funcionamento, discute a importância da heterogeneidade para a compreensão da noção de sujeito.

Para a autora, Bakhtin rejeita a enunciação isolada tal qual o estruturalismo a concebe e afirma que a enunciação é dialógica e o discurso de outrem só pode ser compreendido se tiver como base a interação verbal, isto é, se for considerado produto de outros interlocutores que utilizam a enunciação em situações concretas, cujas formas são determinadas por condições sócio-econômicas específicas. Assim, o discurso de outrem, ao ser retomado, não é mais o mesmo, pois sofre alterações, mas ao mesmo tempo em que se altera pode ser reconhecido como já enunciado - memória. Destaca ainda o papel que o contexto desempenha neste tipo de estudo, já que este é capaz de estabelecer a relação do locutor com o discurso que ele retoma, levando em conta três dimensões: a do discurso citado, a que cita o discurso e aquela a quem o discurso é produzido.

Assim, para Brandão (2000), Bakhtin não estabelece nenhuma tipologia rígida de formas de discursos de outrem, apenas procura mostrar que estas são formas constitutivas do discurso. Afirma ainda que Ducrot retoma de Bakhtin o conceito de polifonia, que pressupõe que toda fala está atravessada pela fala de outrem (intercruzamento de vozes em um mesmo texto). Desloca-o do nível do texto para o nível do enunciado. Apesar da noção de enunciação sustentada por esse autor, de não contemplar a historicidade do sujeito pelo fato de combater o princípio de homogeneidade do sujeito, contrapondo-se à noção de sujeito autônomo, uno, imbatível, por si só, abre um diálogo extremamente produtivo, por exemplo, entre a teoria da enunciação e a A.D., contribuindo para a formulação da noção de heterogeneidade.

2.1.1 O DISCURSO PEDAGÓGICO (D.P.)

Para que se possa analisar as histórias infantis propostas neste trabalho dissertativo, deve-se entender a proposta discursiva das instituições escolares, já que se tratam de trabalhos desenvolvidos como atividade disciplinar. Sabe-se que o tipo de discurso utilizado por tais instituições é o D. P. que possui sua especificidade como tipo de formação.

Para Bernstein (1996) a instituição escolar se utiliza do controle simbólico como forma de manter a relação de poder entre os saberes, e desta forma firmar a divisão social do trabalho, marcando certa hierarquia existente entre eles. Assim, a educação gera as divisões sociais do trabalho, através do controle simbólico existente no D.P. instaurado.

Segundo o autor, “controle simbólico é o meio pelo qual a consciência recebe uma forma especializada e é distribuída através de formas de comunicação, as quais conduzem, transportam uma determinada distribuição de poder e de categorias culturais dominantes” (BERNSTEIN, 1996, p.189).

O controle simbólico faz com que as relações de poder sejam expressas em termos de discurso e o discurso, em termos de relações de poder, podendo ainda transformar estas mesmas em relações de poder.

Bernstein define ainda outras terminologias que auxiliam na compreensão da estruturação do discurso pedagógico, ampliando as questões sociais relativas ao controle simbólico, que são o campo de controle simbólico (código discursivo), e o campo econômico (códigos de produção).

Por ‘campo de controle simbólico’, designo um conjunto de agências e agentes que se especializam nos códigos discursivos que eles dominam. Esses códigos de discurso, de formas de se relacionar, pensar e de sentir especializam e distribuem formas de consciência, relações sociais e de disposições. Enquanto os agentes dominantes do campo econômico regulam os meios, os contextos e as possibilidades dos recursos físicos, os agentes dominantes do campo de controle simbólico regulam os meios, os contextos e as possibilidades dos recursos discursivos. Assim, temos no cam-

po econômico: códigos de produção no campo de controle simbólico: códigos discursivos (BERNSTEIN, 1996, p. 190).

Nesta definição, Bernstein (1996) analisa o controle simbólico (função discursiva) e sua relação com o D.P.. Uma destas análises refere-se à forma com que a organização do conhecimento é aplicada no âmbito escolar, que chamará de regiões. Uma disciplina é um discurso separado, especializado com seu próprio campo intelectual de textos, práticas, regras de admissões, modos de exames e princípios de distribuição de sucessos e privilégios. São exemplos: Física, Química, Matemática, História, Psicologia e Sociologia. As disciplinas ou matérias em geral são narcisistas, orientadas para o seu próprio desenvolvimento e não para aplicações fora delas mesmas.

As regiões são uma recontextualização das disciplinas em unidades maiores, as quais operam tanto no campo intelectual das disciplinas quanto no campo da prática. Saber quais disciplinas entram em uma região depende do princípio recontextualizador e de sua base social.

Segundo Orlandi (2003, p. 15) o discurso pedagógico caracteriza-se como “discurso autoritário” destacando que nas duas formas discursivas não há interlocutores, mas um agente exclusivo; o que resulta em “polissemia contida”, já que o sujeito passa a ser um instrumento de comando.

A escola, por sua vez, é a sede do Discurso Pedagógico (D.P.). Por haver esta vinculação com uma instituição, o D.P. mostra-se um dizer institucionalizado, garantindo a sua origem, mantendo-se como tal.

Quando falo em D.P. Estou falando de um tipo de discurso. Tipo, aqui, em relação a outros, como o jornalístico, o teológico, etc. E a empresa tipológica é uma retórica: um tipo de discurso é uma configuração de traços formais associados a um efeito de sentido caracterizando a atitude do locutor face a seu discurso e através deste, face ao destinatário (ORLANDI, 2003, p. 28).

Ainda, segundo Orlandi (2003) um discurso autoritário não possibilita o desenvolvimento de habilidades ou a construção subjetiva. Apenas reproduz idéias já criadas e já estabelecidas. Assim, o autoritarismo está incorporado nas relações sociais, na escola e em seu discurso.

Para a autora, uma forma de interferir no caráter autoritário do D. P. é questionar os seus implícitos, o seu caráter informativo e atingir seus efeitos de sentido, contextualizando o momento histórico-cultural em que as informações transmitidas foram construídas, polemizando e problematizando tais conteúdos. Somente assim estaremos deixando um espaço para a existência do ouvinte como “sujeito”, isto é, deixando vago um espaço para o outro (ouvinte) dentro do discurso, e construir a própria possibilidade de ele mesmo (locutor) se colocar como ouvinte.

Produzir textos enfocando a autoria como forma de produzir informações, também é uma forma de deixar um espaço para o “ouvinte” e possibilitando novas construções de sentido, podendo ainda modificar a inscrição do sujeito que o produz.

Outra questão importante como forma de entender o D.P., está na relação entre escrita e grafia. Na instituição escolar, há uma tendência em avaliar a qualidade da grafia, no sentido de reproduzir um discurso já utilizado pela pedagogia, havendo assim uma inscrição do sujeito no Discurso Pedagógico. A escrita, porém, trabalha questões relativas à subjetividade do autor do texto, auxiliando na formação crítica deste, quebrando a repetição unilateral de um único ponto de vista, neste caso, do ponto de vista do saber inquestionável.

O discurso pedagógico consiste na crença de que a escrita possui uma correspondência direta e transparente com a oralidade ou, arcaicamente, a transcrição do pensamento e por esta razão, podemos afirmar que a escrita está reduzida a um “grafismo”. Tudo se passa como se para escrever bastasse apenas grafar o que se fala ou se pensa (GALLO, 2002, p. 95).

Ainda segundo Gallo (2002), ao falarmos de Discurso da Escrita e da Oralidade, estamos nos referindo a um atravessamento ideológico, materializado nos textos e determina-

do historicamente, não sendo, portanto, linear nem tendo correspondência direta com os textos, no sentido lingüístico. Existe, pois a concepção social de que a escrita é grafia. Assim, no período de alfabetização, ensina-se a criança a grafar dando pouca importância ao fato de que este procedimento não garante o aprendizado da escrita.

Podemos dizer, então, que o que definirá a escrita conforme a conhecemos hoje, será a conjunção de dois fatores: de um lado a concepção de uma escrita alfabética; a representação gráfica (que pode ainda ser pictográfica, silábica, etc...) determinados dizeres legítimos naquela sociedade. O importante é observar o fato de que a forma gráfica alfabética estará intrinsecamente ligada a um dizer legítimo desde os gregos e depois entre os romanos, até o fim da dominação que a igreja exerceu na Europa (GALLO, 2002, p. 97).

Neste sentido, uma produção de texto possui um significado mais abrangente, já que exige todo um trabalho de interpretação que traz como consequência a mobilização de sentidos e a constituição do indivíduo em sujeito, inserido na história.

2.1.2 A FUNÇÃO-AUTOR E A AUTORIA COMO PROCESSOS SUBJETIVOS

A noção de autoria e de função-autor tornam-se fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho, já que a proposta desta pesquisa refere-se à constituição do sujeito e a construção discursiva da escrita, cujo lugar de observação serão histórias produzidas por crianças em uma situação de aprendizagem.

A assunção de autoria pelo sujeito, ou seja, a elaboração da Função-Autor consiste, em última análise, na assunção da construção de um sentido e de um fecho, organizadores do texto. Esse fecho, apesar de ser um entre tantos outros possíveis, produzirá, para o texto, um efeito de sentido único, como se não houvesse outro possível, ou seja, esse fecho torna-se fim, por um efeito ideológico produzido pela instituição onde o texto se inscreve - efeito que faz parecer único, o que é múltiplo - transparece o que é ambíguo (GALLO, 1992, p. 58).

Segundo Possenti (2002), de alguma forma, pode-se dizer que os conceitos levados em conta para conferir alguma substância a noção de autoria têm a ver com os conceitos de locutor (expressão que designa o falante enquanto responsável pelo que diz) e com o de singularidade (na medida em que, de algum modo, serve para chamar a atenção para uma forma um tanto peculiar de o autor estar presente no texto; talvez uma noção revitalizada de estilo fosse aqui necessária).

Para compreendermos melhor a noção de autoria, e conseqüentemente a de Função-Autor, Possenti (2002) retoma o trabalho de Foucault sobre a referida temática.

Não se pode falar hoje de autoria sem remeter em primeiro lugar ao clássico de Foucault (1969) (...) Este opera com duas noções de autor que são certamente relevantes para que se compreenda como certos textos são postos a circular e fazem sentido em sociedades como a nossa. Em primeiro lugar para Foucault, a noção de autor se constitui a partir de um correlato, a noção de obra. Só temos um autor se temos uma obra que possa consistentemente ser associada a esse autor. Com aparente circularidade, é a noção de autor que, entre outros aspectos, permite que se fale de uma obra, especialmente em decorrência de determinada propriedade que as obras tem (teriam), a de se caracterizarem por uma certa unicidade. Ora, é exatamente a figura do autor que confere esta unidade a uma obra. Mas fique claro que para Foucault, a noção de autor é discursiva (isto é, o autor é de alguma forma construído a partir de um conjunto de textos ligados a seu nome, considerado um conjunto de critérios, dentre eles sua responsabilidade sobre o que põe a circular, um certo projeto que se extrai da obra e que se atribui ao autor, etc.), daí porque se distingue tão claramente a noção de autor da de escritor (POSSENTI, 2002, p. 107).

Para Gallo (2001, p. 67) a função – autor tem relação com a dimensão enunciativa do sujeito do discurso, ou seja, tem haver com a heterogeneidade interna a uma formação discursiva dominante, que ganha aí seu movimento e sua unidade, sem perder, com isso, sua dominância.

Para Orlandi (2003, p. 77) o autor é a função que o *eu* assume enquanto produtor de linguagem, sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio - histórico) e está mais submetida a regras das instituições. Nelas são mais visíveis os procedimentos disciplinares.

Para a autora supracitada, o autor é a instância em que haveria maior “apagamento” do sujeito. Isto porque na instância é determinada mais pela representação social – que

mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz. É na representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte de seu discurso. É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social. Assim do autor se exige coerência, respeito aos padrões estabelecidos, e formas de discursos com formas gramaticais explicitadas, claras, com conhecimento de regras textuais, com originalidade e relevância e entre outras, com unidade, não contradição, progressão e duração de seu discurso.

No presente trabalho, esta noção se torna de extrema importância, já que a proposta de confecção de uma história implica em adotar critérios sociais reconhecidos referentes ao processo de autoria de alunos de quinta-série do ensino fundamental. O aluno precisa reconhecer o processo em que ele se encontra para que se efetive a função – autor.

É entre outras coisas, nesse “jogo” que o aluno entra quando começa a escrever. Para que o sujeito se coloque como autor, ele tem que estabelecer uma relação com a exterioridade ao mesmo tempo em que ele se remete a sua própria inferioridade: ele constrói assim sua identidade como autor. Isto é, ele aprende a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica (ORLANDI, 2003, p. 79).

2.1.3 FORMA-SUJEITO E EFEITO AUTOR COMO POSIÇÕES SUBJETIVAS

A noção de forma-sujeito e de efeito-autor a serem consideradas neste trabalho, refere-se à noção proposta por Pêcheux (1988) de que um sujeito é constituído por propriedades discursivas que constituem uma forma particular do sujeito se posicionar histórica e socialmente.

Segundo Pêcheux (1988) o idealismo não é de início uma posição epistemológica, mas, sobretudo, o funcionamento espontâneo da forma-sujeito, por meio do qual se dá pela essência do real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito. O autor irá reto-

mar a noção de constituição do sujeito trabalhado por Lacan e Althusser para embasar esta construção teórica - forma-sujeito e efeito-autor.

Ao dizer que o *EGO*, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade) não se pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *sujeito*, já que esta subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma de autonomia*, não estamos pois fazendo apelo a nenhuma “transcendência” (um *Outro* ou um *Sujeito* reais), estamos simplesmente, retomando a designação que Lacan e Althusser – cada um a seu modo – deram (adotando deliberadamente as formas travestidas e “fantasmagóricas” inerentes a subjetividade) do processo natural e sócio histórico pelo qual se constitui –reproduz o efeito-sujeito como interior sem exterior, e isso pela determinação do real (exterior) e especificamente – acrescentaremos do interdiscurso como real (exterior) (PÊCHEUX, 1988, p. 163).

Segundo Borges (2000), de acordo com Pêcheux (1988), só existe sujeito “na” e “pela” ideologia, pois o sujeito é efeito da interpelação e é este processo de assujeitamento que produz a ilusão do sujeito “sempre-já-lá”. O sujeito é, portanto, uma categoria ideológica. Este sujeito “sempre-já-lá”, efeito de uma imposição de uma forma-sujeito a não-sujeito (pré-construído), carrega uma identidade que o constitui como agente histórico. Cabe também aos processos ideológicos fornecerem as evidências da identidade com que o sujeito se afirma. Ao dizer “eu sou” é a estas evidências ideológicas que o sujeito se refere.

O que constitui o funcionamento da forma-sujeito seria então o idealismo, por meio do qual se dá como essência do real, que constitui seu efeito representado por um sujeito, o sujeito do discurso.

Segundo Gallo (2001, p. 67) o efeito-autor é caracterizado como o efeito do confronto de formações discursivas, resultante em uma nova formação dominante.

Para Pêcheux (1988) as propriedades discursivas da forma-sujeito, do “Ego-imaginário” são examinadas como “sujeito do discurso”. Este sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Assim a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso ocorre através da identificação deste sujeito com a formação discursiva que o domina. Esta identificação está apoiada no fato de que os elementos do interdiscurso são re-inscritos

no discurso do próprio sujeito, ou seja, aquilo que era para estar “esquecido” retorna de outra forma através do discurso do sujeito.

Já observamos que o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso, se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito) : essa identificação fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, enquanto pré-construído e sob o processo de sustentação), que constituem no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1988, p. 163) .

O autor supracitado afirma ainda que o esquecimento daquilo que determina o sujeito não pode ser entendido como um acontecimento consciente, e sendo assim, não há como não retomar a psicanálise freudiana através dos conceitos relativos à primeira tópica (consciente, pré-consciente e inconsciente). Através desta teoria psicanalítica, pode-se ainda entender o que Pêcheux (1988) denominou de esquecimento no. 1 e de esquecimento no. 2.

Diremos que a marca do inconsciente como “discurso do Outro” designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, que faz com que todo o sujeito “funcione”, tome posição em total consciência e liberdade, tome iniciativas que o tornem responsável como autor de seus atos, e as noções de asserção e de enunciação estão aí para designar, no domínio da linguagem, os atos de tomada de posição do sujeito enquanto sujeito-falante. Assim, a noção de “ato de linguagem” traduz de fato, o desconhecimento da determinação ao sujeito no discurso. A tomada de posição não é de modo algum concebível como um ato originário do sujeito-falante, ao contrário, deve ser compreendido o efeito na forma-sujeito da determinação do interdiscurso como discurso transversal na medida em que volta sobre si mesma para se atravessar. (PÊCHEUX, 1988, p.171).

Com base no que foi colocado acima, ao empregar expressões como “eu poderia”, “estou determinado a”, estamos designando o setor subjetivo das virtualidades, finalidades, intenções, reticências, recusas, etc., e o que este setor encobre só é possível mostrar, segundo Pêcheux, a partir de Freud, articulando a primeira tópica freudiana e os dois tipos diferentes de “esquecimentos” inerentes ao discurso.

Ainda com relação a proposta desenvolvida pelo autor referido acima, a noção de pré-consciente é articulada ao processo discursivo, através da contribuição lacaniana à primeira tópica: o pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente)

pelo processo primário (inconsciente), chegando a formação de uma nova representação que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente.

Complementa afirmando: “Compreende-se, pois, que aquilo que continuaremos chamando o esquecimento no. 2 cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apóia sua “liberdade” de sujeito falante” (PÊCHEUX, 1988, p. 175).

Para o autor, o efeito da forma-sujeito, do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que foi denominado de esquecimento no.1, pelo viés do funcionamento do esquecimento no. 2.

Assim, aquilo que caracteriza uma formação discursiva aparece como o lugar de constituição do que Pêcheux (1988) irá denominar de o imaginário lingüístico (corpo verbal).

Com base no que foi afirmado anteriormente, o trabalho do analista pode ser resumido como o de mostrar o percurso apagado referente à formação ideológica inserida no processo discursivo.

Com relação à noção de efeito-autor, o trabalho desenvolvido por Gallo (1992) proporciona um entendimento importante sobre tal conceito. O que está envolvido à referida questão diz respeito ao fato de “acreditar-se” autor, sentir que produziu algo (um livro) o que do ponto de vista da Análise do Discurso é percebido pela forma de representação do sujeito, que se coloca neste caso, no lugar de autor, representa-se como tal ocupa uma posição. Essa forma de constituição do sujeito, é que permite reconhecer a assunção de autoria.

Segundo Possenti (2002, p. 112), “pode-se dizer provavelmente que alguém se torna autor, quando assume, sabendo ou não, fundamentalmente de duas atitudes: dar voz a outros enunciadores e manter distância em relação ao próprio texto”.

Este processo de construção subjetiva enfatiza direta e indiretamente a posição que o sujeito passa a assumir histórica e socialmente. Assim, buscar-se-á entender a construção subjetiva do sujeito que se inscreve na escrita de forma particular e fundadora.

Dentro desta perspectiva, que permite pensar no sujeito constituído por sua diversidade sócio-histórica, pretende-se desenvolver, no presente trabalho, uma visão interdisciplinar dos conceitos de sujeito da A.D. e da Psicanálise, tornando possível esta interação entre as duas concepções.

3 CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DO INCONSCIENTE

3.1 A SUBJETIVIDADE EM PSICANÁLISE: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E A TEORIA DO ESTÁDIO DE ESPELHO

Neste capítulo será abordado o entendimento psicanalítico referente a construção da subjetividade através da constituição de um sujeito do inconsciente, inaugurado por mecanismos psíquicos e formalizado pela linguagem.

Para que se possa entender a proposta deste trabalho dissertativo, faz-se necessário entender o mecanismo inconsciente estipulado pela psicanálise através de Lacan, elucidando desta forma um entendimento com maior profundidade sobre a existência de um sujeito do inconsciente, uma vez que é através deste processo psíquico que se instala a subjetividade.

Como forma de esclarecer a noção subjetiva, Lacan utiliza-se da teoria referente ao Estádio de Espelho e acrescenta a esta, particularidades relativas a psicanálise, afirmando que é por meio deste processo que se pode pensar na formação da função do *eu*, ou seja, de um sujeito do inconsciente.

Para Miller (1999, p. 16)

a teoria do Estádio do Espelho de Lacan, foi de fato objeto de sua primeira intervenção em psicanálise, no congresso Internacional de Marienbad, em 1936. Seu tema,

no entanto, não corresponde exatamente à psicanálise e sim à observação do comportamento, e sua descrição depende tanto de uma psicologia animal quanto da fisiologia humana.

Lacan (1998) parte de um fato da psicologia comparada para resgatar a teoria do Estádio de Espelho, onde investiga a superioridade da inteligência humana, através do reconhecimento e interesse precoce de uma criança comparado à inteligência instrumental de um chimpanzé pela sua imagem refletida no espelho, reconhecimento este que marca um ato de inteligência.

Que é estágio de espelho? Resume-se no interesse lúdico que a criança dá mostras entre os seis e os dezoito meses, por sua imagem especular, aspecto pelo qual a criança se distingue certamente do animal. Reconhece sua imagem se interessa por ela. (MULLER, 1999, p. 16)

Nesta experiência nota-se um reconhecimento, por parte do animal, que se esgota pois não há um desdobramento de sua descoberta e por parte da criança, que logo repercute em uma série de gestos que ela experimenta ludicamente se relacionando com movimentos assumidos pela sua imagem com o seu meio refletido. E é desse complexo virtual, derivado de seu próprio corpo, das pessoas e dos objetos em sua volta, que a criança produz conhecimento subjetivo. Este estágio instala-se entre os seis e dezoito meses de vida, onde se inaugura uma transformação subjetiva. O eu precipita numa forma primordial, antes mesmo, da introjeção completa da linguagem.

Segundo Kauffman (1996) muito mais que um desenvolvimento genético, o estágio de espelho indicaria, para Lacan, o momento do advento histórico em cujo curso se organizaria a estrutura do sujeito. É neste processo inconsciente que se constitui a especificidade da relação do sujeito com o mundo.

Antes mesmo de o sujeito ser introduzido no campo da linguagem, algo subjetivo já se precipita através da imagem corporal e da sua relação com o outro, possibilitando uma preparação para a formação de um sujeito do inconsciente.

Basta compreender o Estádio de Espelho como uma identificação no sentido pleno que a análise atribui a este termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem cuja a predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, pelo antigo termo *imago*. A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem neste estágio de *infans* parecer-nos-à, pois, manifestar, numa situação simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se subjetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito. (LACAN, 1998, p. 97)

Ainda, segundo Lacan, (1998), a importância desta teoria é que esta forma situa a instância do **eu**, desde antes de sua determinação social. Assim, a imagem especular parece ser o limiar do mundo visível, disposição esta apresentada na alucinação e no sonho pela “*imago*” do próprio corpo – traços individuais, suas faltas ou projeções.

Complementa afirmando que a função do Estádio de Espelho mostra-se como um caso particular da função da *imago*, que é a de estabelecer uma relação do organismo com sua realidade.

Para Laplanche (1998, p. 234) “a palavra *imago*, representa um protótipo inconsciente de personagens que orienta a forma como o sujeito apreende o outro e é elaborado a partir das primeiras relações intersubjetivas reais e fantasísticas com o meio familiar”.

Diante deste processo, ainda prematuro, instaura-se um **eu** bastante rudimentar, pois existem nesta fase de desenvolvimento humano uma linguagem e uma formação motora aperfeiçoadas. A relação social que está em formação, impede uma imagem integral permanente.

Mas o ponto importante é que essa forma situa a instância do *eu*, desde antes de sua determinação social numa linha de ficção, para sempre irreduzível para o indivíduo isolado – ou melhor, que só se unirá assintoticamente ao devir do sujeito qualquer que seja o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele tenha que resolver na condição de [eu], sua discordância de sua própria realidade. (LACAN, 1998,p. 98)

A noção de que os objetos são parciais vem justamente desta noção faciosa dos objetos e das coisas que circundam o mundo infantil, incluindo a noção própria de um corpo despedaçado e separado do corpo materno. A partir desta construção própria, de um corpo

despedaçado referente a esta fase de desenvolvimento, há também a instauração das defesas do eu, onde provavelmente ocorre a passagem do eu especular para o eu social.

3.2 O REAL, O SIMBÓLICO E O IMAGINÁRIO: A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA EM PSICANÁLISE.

A constituição subjetiva em Psicanálise está articulada, de forma inconsciente, à formação das instâncias relativas ao real, ao simbólico e ao imaginário. Estas três representações determinam na formação de um sujeito do inconsciente, cujo caminho percorrido está representado pela teoria do Estádio do Espelho, onde a primeira instância inconsciente introduzida refere-se ao imaginário e conseqüentemente ao simbólico e ao real.

Segundo Chemama (1995, p. 104),

...o imaginário só pode ser pensado em suas relações com o simbólico e com o real. Lacan irá representá-los por três círculos de barbante ligados por um nó borromeu, isto é, de maneira tal que, quando um dos círculos é desfeito, os outros dois também se desfazem (matema).

Para Lacan (1998), no momento em que se conclui o Estádio do Espelho, inaugura-se a dialética, que desde então, liga o **eu** a situações socialmente elaboradas. É, neste momento, que, decisivamente, faz todo saber humano bascular para a mediatização, pelo Outro que constitui seus objetos de uma maneira abstrata e pela concorrência de outrem que faz do [eu] este aparelho para o qual qualquer impulso das pulsões será um perigo ainda que corresponda a uma maturação natural.

Miller (1999) afirma que, segundo Lacan, se a criança exulta quando se reconhece em sua forma especular é porque a completude da forma se antecipa com relação ao que logrou atingir. A imagem é sem dúvida a sua, mas ao mesmo tempo é a de um outro, pois está

em déficit com relação à ela mesma. Devido a este intervalo, a imagem, de fato, captura a criança – e esta se identifica com ela.

Isso levou Lacan (1998) à idéia de que a alienação imaginária, quer dizer, o fato de identificar-se com a imagem de um outro, é constitutiva do eu (*moi*) no homem e que o desenvolvimento do ser humano está representado por identificações ideais. É um desenvolvimento no qual o imaginário está inscrito e não um puro e simples desenvolvimento fisiológico. Deve-se constatar que a psicologia animal nos dá numerosos testemunhos da ação real da imagem; a maturação de certas espécies exige a relação especular com um outro da mesma espécie.

Segundo Kauffman (1996) o fundamental desconhecimento em que este se mantém no tocante ao que o constitui, ou, em outras palavras esse escancaramento imaginário no seio da questão do ser, exige doravante um outro modo de expressão: aquele que Lacan designa pelo simbólico e que já terá detectado no estágio de espelho; nesse momento em que a criança se volta para o adulto como que para buscar de algum modo seu assentimento. Trata-se de se entender como o advento de dois modos intrincado numa mesma experiência (simbólico e imaginário) e que concorrem para dissolver a “hiância” que só o imaginário provoca no seio da constituição do sujeito.

O sujeito na fase do estágio do espelho tem por fundamento a ficção narcisista, e que o outro a quem tal sujeito ama é-lhe tão parecido que deixa de ser o outro. Essa relação dual, nitidamente expressa no relacionamento da criança com a mãe, pertence ao domínio do imaginário, já que o sujeito enquanto [eu] só surge com a participação de um terceiro, isto é, de um mediador simbólico que se coloca entre o [eu] e o outro, permitindo assim a determinação do [eu] como não – outro. (LACAN, 1998, p. 277)

Através deste processo subjetivo inaugural, a linguagem deixa de ser introduzida pelas relações sociais já estabelecidas e a palavra ou o significante, em consonância com a imagem corporal adquirida, produz efeitos sobre o sujeito. O Simbólico e o Imaginário começam a ser formalizados enquanto instâncias psíquicas e representados de forma significativa

pelo sujeito. Aqui a subjetividade se intensifica na medida em que para cada um de nós esta experiência seja única.

Apesar de tais instâncias inconscientes marcarem a constituição subjetiva, é, somente com a fase do Complexo de Édipo, que se instaura um sujeito do inconsciente, necessário para a maturação subjetiva durante o desenvolvimento humano.

Para Goepfert (1988), um terceiro será introduzido à relação dual somente na fase relativa ao Complexo de Édipo. Nesta relação ternária, a qual não chega a ofuscar completamente a magia da imagem espelhada, vale dizer que é da unidade eu-e-outro que se marca o surgimento do inconsciente. É na fase edípica que se constrói a relação triangular entre pai, mãe e filho. No Complexo de Édipo a criança é confrontada e inserida às leis e regras sociais de forma muito semelhante a sua inserção na linguagem sendo assim inserida de forma integral no campo do simbólico. Deixa claro ainda que para Lacan (1998), a lei que rege o simbólico já se manifesta bem antes da fase edípica e que, portanto a unidade imaginária com o outro também é determinada pela lei social materna referente aos cuidados programados relativos à alimentação e higiene.

Segundo a autora referida acima, a contribuição maior de Lacan refere-se à caracterização de um sujeito que é sempre universal e simbolicamente determinado. Subordinado à lei do simbólico, o sujeito se fraciona constituindo o inconsciente. O inconsciente forçosamente existe, porque a sociedade e a tradição impõem ao homem o que é simbólico, principalmente quanto à linguagem, para que ele assuma um comportamento compatível com este mundo.

O terceiro registro postulado, que fundamenta a instauração de um sujeito do inconsciente, refere-se ao real.

Para Maliska (2003, p. 68),

...o real é uma propriedade lacaniana, pois foi o psicanalista francês que formulou o real, avançou o legado freudiano indo além de um registro puramente simbólico da

experiência psíquica. Ele transpôs aquilo que Freud chamou de rocha viva da castração, e a partir daí lhe foi possível propor uma mudança radical teórica e prática na experiência psicanalítica.

Segundo Lacan (1996), o real é aquilo que escapa que está para além do retorno, da volta, da insistência dos signos, aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer. Na origem da experiência psicanalítica, o real é apresentado na forma do que nele há de inassimilável – na forma do trauma.

Complementando o que foi afirmado por Chemama (1995), Lacan (1996) coloca que além daquilo que se repete o real é assinalado por aquilo que não é encontrado, por ser aquilo que falta na apreensão do pensamento. Aquilo que para um sujeito é expulso da realidade pela intervenção do simbólico é aquilo que não pode ser simbolizado totalmente na palavra ou na escrita, e que por conseqüência, não cessa de não se escrever. Para o sujeito, o lugar do real está sempre faltando.

A autora citada anteriormente refere-se ao Real como algo que se mantém fora da simbolização e inacessível à palavra. Sem possibilidade de ligar-se às palavras, o Real, apesar de rejeitado na simbolização primordial, pode irromper-se no mundo externo construído pelo princípio da realidade.

Rudge (1998, p. 52) afirma que o real,

na medida em que está excluído da rede simbólica, só pode manifestar-se como algo que não se relaciona à intencionalidade do sujeito. O que foi rejeitado do Simbólico foi exatamente um símbolo. A partir da rejeição este símbolo não entra mais no imaginário. Ao topar com ele, o sujeito o atribui ao real.

O lugar do real, que vai do trauma à fantasia – na medida em que a fantasia nunca é mais do que a tela que dissimula algo de absolutamente primeiro, de determinante na função da repetição – aí está o que precisamos demarcar agora. Aí está, de resto, o que, para nós, explica ao mesmo tempo a ambigüidade da função do despertar e da função do real nesse nosso despertar. O real pode ser representado pelo acidente, pelo barulhinho, a pouca realidade que

testemunha que não estamos sonhando. Mas por outro lado esta realidade não é pouca, pois o que nos desperta é a outra realidade escondida por trás da falta do que tem lugar de representação (LACAN, 1996).

O real representa tudo àquilo que não pode ser verbalizado ou representado por palavras, que insiste em repetir: o Simbólico - a linguagem e as representações sociais e o Imaginário - a imagem corporal de si mesmo diante de outrem.

Segundo Maliska (2003), é pela falta que existe a causa. Isto nos leva a pensar que a falta, além de constituinte, é logicamente anterior a toda ordem de estabelecimento do mundo, da vida e da linguagem. No entanto ao Real nada falta em sua estrutura, mas provoca a falta. A falta é um dos efeitos do Real frente ao Simbólico, por este não conseguir abarcar aquele. Logo, podemos pensar que a impossibilidade de aplacar a falta (Real) torna-se contingência para o estabelecimento de toda ordem simbólica, seja ela cultura, sujeito ou linguagem. Então, o real é ao mesmo tempo impossibilidade e contingência.

Estar diante do real é deparar-se com a angústia, mas é também a possibilidade de invenção de um outro sujeito. A mudança subjetiva é movida por este processo de estar diante da angústia provocada pelo real. Para Maliska (2003), toda experiência real traz em si duas acepções: uma que traz a angústia pelo seu não sentido e pela sua impossibilidade, e outra que trata de inventar outra coisa a partir da anterior; é a possibilidade do real.

A escrita, por ser um processo lingüístico e por nunca cessar o arranjo de suas possibilidades, ou seja, por estar sempre necessitando de arranjos de significantes para formar um sentido e sempre inacabado, compõe-se de uma das possibilidades do Real representada pelo Simbólico e pelo Imaginário.

Lidar com a impossibilidade de significar o real, é compelido a lidar diretamente com a castração, ou seja, com os limites que a língua possui, forçando o sujeito a rever novas

articulações, através de palavras e de sentidos, construindo novas posições subjetivas diante de situações experienciadas.

....o importante de salientar aqui, é que na experiência psíquica do registro real, acontece a quebra dos sentidos levando o sujeito para o encontro com o *non-sens*, com a angústia e com a castração. Isso faz a síncope do sujeito, que o coloca em outro lugar capaz de construir uma nova posição subjetiva. É se deparar com a castração e saber fazer outra coisa com isto que causa angústia (MALISKA, 2003, p. 67) .

A escrita surge justamente para que possamos fazer algo diferente com aquilo que provoca angústia. O autor, de algum modo precisa significar a sua criação. Aquilo que foi idealizado, imaginado e criado precisa ser colocado em palavras amenizando, assim, a angústia.

A autoria trabalhada pela A.D. pode ser compreendida pela psicanálise como um processo necessário de mudança subjetiva, onde o texto, a história ou obra literária recria um mundo imaginário, cuja função será a de dar conta da angústia, ou melhor, dar conta de colocar em palavras aquilo que o sujeito não consegue significar. Entende-se que os registros do Simbólico, do Imaginário e do real estão na base deste processo lingüístico.

Estas três instâncias componentes da constituição subjetiva constituem o sujeito do inconsciente. Esta noção servirá como referência para a análise dos trabalhos propostos nesta dissertação.

3.3. AUTORIA E SUBLIMAÇÃO COMO PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Neste capítulo será enfocada a noção de autoria e a teoria freudiana relativa à sublimação enquanto mecanismo de construção subjetiva, tornando possível a relação estabelecida neste trabalho dissertativo.

Segundo o que foi referenciado anteriormente, a autoria refere-se a um processo subjetivo onde o autor busca uma legitimação social, e sendo assim, durante este

processo, formaliza sua construção social referente a experiências já vividas, porém não articuladas no campo simbólico dando-lhe a impressão de ser uma articulação inédita e não pensada anteriormente.

O que torna esta experiência possível segundo a psicanálise?

Cabe aqui introduzirmos o conceito de sublimação delimitado por Freud que visa entender o mecanismo psíquico inconsciente. Este mecanismo segundo o autor referido, é capaz de direcionar a energia corporal (sexual e pulsional) em um determinado objeto externo, onde o reconhecimento social também é objetivado.

Com que meios se erigem essas construções tão importantes para a cultura e normalidades posteriores da pessoa? Provavelmente, às expensas das próprias moções sexuais infantis, cujo afluxo não cessa nem mesmo durante o período de latência, mas cuja energia na totalidade ou em sua maior parte é desviada do uso sexual e voltada para outros fins. Os historiadores parecem unânimes em supor que mediante este desvio das forças pulsionais sexuais das metas sexuais e por sua orientação para novas metas, num processo que merece o nome de sublimação, adquirem-se poderosos componentes para todas as realizações culturais, acrescentaríamos, portanto, que o mesmo processo entra em jogo no desenvolvimento de cada indivíduo e situaríamos seu início no período de latência sexual da infância. (FREUD, pg. 167-168)

Segundo a referência acima, a sublimação nada mais é então do que a canalização de energia da sexualidade infantil, para um fim de produção externa, que possui seu início durante o desenvolvimento sexual infantil, podendo resultar na elaboração ou produção de realizações culturais, como a arte ou a escrita, por exemplo, onde num primeiro momento a sexualidade “não” entraria em cena.

Outros autores irão retomar o conceito freudiano para buscar entender o processo descrito como uma manifestação inconsciente inerente aos seres humanos, capaz de promover uma atividade social sublime, considerado por muitos como um “Dom” divino.

.. a sublimação é a única noção psicanalítica capaz de explicar que obras criadas pelo homem – realizações artísticas, científicas ou mesmo esportivas -, distantes de qualquer referência à vida sexual sejam produzidas, ainda assim, graças a uma força sexual nascida de uma fonte sexual. As raízes e a energia de um processo de sublimação, portanto são pulsionalmente sexuais (pré-genitais: orais, anais e fâlicas) enquanto a conclusão deste processo é uma realização não-sexual, conforme os ideais mais consumados de uma dada época. Assim, podemos afirmar desde logo que o conceito de sublimação responde fundamentalmente à necessidade, para a teoria psicanalítica, de dar conta da origem sexual do impulso criador do homem. (NASIO, 1995, p. 78)

Segundo Kaufmann (1998, p. 497) “a sublimação se define, em primeiro lugar como um processo de dessexualização”, convertendo a energia que teria num primeiro momento uma finalidade sexual em uma atividade sublime, que esteja “acima” da relação corporal referente a sexualidade.

Com base nesta articulação teórica, a psicanálise passa a ter um entendimento específico sobre as produções humanas que provocaram ou provocam até a atualidade impressões que lembram atividades divinas, já que envolvem a criação de uma determinada obra.

Para Nasio (1995, p. 86) quando se afirmam que os objetos que proporcionam a satisfação sublimada são objetos dessexualizados e sociais, conclui-se, sobretudo em eles corresponderem a ideais sociais que exaltam a criação de novas formas significantes. Esses ideais sociais, interiorizados e inscritos no eu do criador, compõem a formação psíquica fundamental que Freud denomina de ideal do eu, ou seja, algo que sirva de referência psicológica para ser apreciado pelo sujeito.

Já havíamos sublinhado uma primeira característica das obras criadas por sublimação: trata-se em princípio de objetos desprovidos de qualquer finalidade prática e que correspondem a ideais sociais elevados subjetivamente internalizados sob a forma do ideal do eu do criador. Mas a especificidade das produções intelectuais, científicas e artísticas elaboradas com a força sexual de uma pulsão sublimada reside sobretudo em sua qualidade de objetos imaginários. Essas obras e muito particularmente a obra de arte, protótipo da criação produzida por sublimação, não são coisas materiais, mas antes formas e imagens novamente criadas, dotadas de uma eficiência singular. São imagens e formas significantes traçadas à semelhança da imagem inconsciente de nosso corpo, ou, mais exatamente de nosso eu inconsciente narcísico. (NASIO,1995, p. 87)

A partir do que foi referenciado anteriormente este processo foi interpretado por Freud como um mecanismo psicológico que auxilia na confecção de situações onde a fantasia pode ocupar uma função maior, apoiando assim a capacidade de criar algo novo, ou seja, identificado como inédito pelo próprio criador.

Embora este mesmo conteúdo percebido como algo novo já faça parte de sua própria história, ou seja, os encadeamentos de idéias desenvolvidos pelo criador tiveram um ponto de origem importante: o próprio criador (sua vida, história, etc...) passam a ser introduzidos em outro contexto com o objetivo de ser reconhecido socialmente.

Este processo embora inconsciente pode ajustar psiquicamente certos conflitos considerados insuportáveis para a consciência, fazendo com que o sujeito se ajuste internamente com os mesmos da melhor forma possível. As obras literárias servem como referência para este processo.

“Foi principalmente a criação literária que serviu para Freud de modelo para o “fantasiar”, noção central em seu pensamento, no conhecido “escritores criativos e devaneio”, de 1907. Nesse texto, não se trata de explicar a escrita ficcional a partir da psicanálise, mas, ao inverso, de tomar a criação literária como modelo da atividade psíquica. A natureza ficcional da atividade do eu é reforçada pela noção de “romance familiar”, criação fantasística que remodela as origens do sujeito.” (RIVERA, 2002, p. 32)

Ainda para a autora citada anteriormente, o artista possui o “Dom” no sentido divino desta expressão, de exprimir em sua criação suas mais secretas moções, sem que ele próprio possa reconhecê-las, já que se trata de um mecanismo inconsciente, e sem que os contempladores, fortemente tocados pela obra possam indicar de onde viria tal comoção. É que essas moções de desejo e impressões infantis devem passar por profundas mutações antes de contribuírem para a criação artística, ou seja, algo neste processo se altera para que possa ser reconhecido socialmente.

Nasio irá retomar a premissa do mecanismo sublimatório como um mecanismo de defesa necessário referente a lembrança de situações referentes a sexualidade infantil, ou seja, o que é sublimado é a lembrança sexual , sendo a fantasia por sua vez , simultaneamente o meio que permite essa sublimação e o produto final da sublimação. (NASIO, 1995, p. 79)

A sublimação é considerado por Freud justamente como um dos quatro modos de defesa do eu contra os excessos da pulsão. Esses modos de defesa são mais correntemente chamados de destinos da pulsão. Já que a saída final de uma pulsão depende da barreira encontrada em seu caminho. O fluxo pulsional pode, em primeiro lugar, sofrer o destino do recalçamento. Segundo destino: encontrar uma outra oposição (investimento pulsional para o próprio eu – retira do externo para o interno) exemplo: a fantasia (formação psíquica mais comum). Terceiro destino: inibição (pulsão inibida transforma-se em objeto de ternura). E por fim, quarto destino: a sublimação: a pulsão é sublimada quando sua força é desviada de sua finalidade primária de obter satisfação sexual, para colocar-se então a serviço de uma finalidade social, seja ela artística intelectual ou moral. (NASIO, 1995p. 81)

Neste sentido a relação entre autoria e sublimação pode ser entendida como situações que promovem um desejo consciente ou inconsciente pelo reconhecimento social de uma determinada ação referente a capacidade de criar algo imaginariamente novo, pois sabe-se que a heterogeneidade pode ser aplicada aos dois conceitos trabalhados.

Segundo Borges e Moreira (2004, p. 460) para que a autoria possa ser apresentada é preciso assumir diante de instituições o papel social que se constitui a partir de sua relação com a linguagem e o mundo. Ainda faz-se necessário tornar-se princípio do agrupamento, instituindo o domínio sobre várias posições nas quais se instaura o sujeito, imprimindo a ele significações coerentes e dando sentido aos fatos.

Ao assumir esta posição social incluindo a habilidade de investir num objeto externo uma energia corporal, pode-se afirmar que o mecanismo sublimatório está presente neste processo.

O autor literário, ao tornar simbólico (colocando em palavras) algo que estava inteiramente no imaginário, investe sua energia corporal no desenvolvimento desta atividade tornando-a única, passando a se constituir autor de sua própria criação, utilizando-se do ato sublimatório como mecanismo essencial para que tal processo seja efetivado.

4 PROPOSTA METODOLÓGICA E RECORTE TEÓRICO DO CORPUS

Como método de trabalho adotado, foi utilizado a observação da articulação do sujeito ao discurso na formação da identidade, através da análise de narrativas escritas por crianças de quinta série.

Estas histórias foram produzidas em solicitação a um trabalho escolar de disciplina da Língua Portuguesa, visando trabalhar a autoria de uma produção literária, com a construção da subjetividade na escrita, além da proposta inicial da referida disciplina.

Esse trabalho escolar foi desenvolvido na tentativa de explorar a diferença entre a produção oral da produção escrita dos alunos. Esta pesquisa, posteriormente, foi aprofundada teoricamente e resultou em um livro: **Discurso da escrita e ensino**, publicado em 1992, pela editora da UNICAMP (GALLO, 1992).

No referido trabalho, crianças de quinta série produziram, individualmente, uma história, resultando na publicação de suas produções, sendo estas editadas e comercializadas, posteriormente, pelas próprias crianças e pela instituição escolar.

Na presente dissertação os recortes que analisarmos foram constituídos de passagens que revelam uma dificuldade estrutural na formulação e uma conseqüente fragilidade da assunção de um sujeito da escrita (legítima). Relacionamos esta dificuldade às demais de elaboração da constituição corporal e da subjetividade. Nesse caso, o corpo verbal é concebido como uma metáfora do corpo do sujeito.

Estamos considerando que a construção de histórias infantis com “fecho”, (e conseqüentemente autoria) funcionam como uma articulação metafórica ligada à compreensão do corpo e conseqüentemente do desenvolvimento sexual infantil, já que esta prática marca também a construção psíquica da constituição do “Eu” e da subjetividade humana.

Isto é possível porque para a criança não existe uma relação clara entre esse eu mítico e um sujeito do discurso pedagógico, posição que ela assume, ou seja, não há um limite construído/trabalhado separando a realidade da ficção.

Assim, não se trata de um trabalho calcado em amostras, mas de recortes metafóricos exemplares, que são utilizados como uma forma de ilustrar a relação teórica proposta.

Segundo Orlandi (2003), os procedimentos da A.D. têm a noção de funcionamento como central, levando o analista a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos, lançando mão da paráfrase e da metáfora como elementos que permitem um certo grau de operacionalização dos conceitos.

A metáfora é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito. Refere-se à metáfora não vista como desvio, mas como transferência, onde relaciona-se a historicidade representada pelos deslizos produzidos nas relações de paráfrase que instalam o dizer na articulação de diferentes formações discursivas, submetendo-os as metáforas (transferências) e aos deslocamentos : possíveis “outros”.

Nossa hipótese é a de que as metáforas produzidas pelas crianças através de suas histórias fazem com que elas desenvolvam ou articulem uma forma de lidar com suas questões relacionadas à sexualidade, que segundo a psicanálise não deve ser desvinculada do corpo.

Para Aberastury (1991), a entrada no colégio modifica profundamente o mundo do brinquedo. As letras e os números convertem-se em brinquedo para a criança. A curiosidade pelo conhecimento é a continuação da curiosidade que sentiram pelo mundo circundante

até os cinco ou seis anos. A partir dos sete ou oito anos e até a puberdade, o corpo volta a ter um papel fundamental. O gosto pela luta, pelas corridas, pelo futebol se intensifica como também o prazer pelo jogo de pegar, de esconder e pelos brinquedos com as mãos.

Neste momento, podemos relacionar a experiência lúdica e corporal, com a entrada da criança na escola, simbolizada através da aprendizagem da escrita. Nas histórias infantis, geralmente, os jogos se intensificam pela possibilidade de poder transferir para o papel as suas próprias histórias, tendo como recursos as metáforas.

Essa relação do sujeito com a escrita envolve a questão da autoria, que constitui para nós a noção teórica, através da qual produziremos o recorte do corpus.

As histórias analisadas não são recortadas por critérios sociais (idade, sexo, etc...), nem geográficos, nem temporais, e sim por um critério teórico, de modo que serão abordadas as passagens exemplares de constituição da autoria enquanto subjetividade (função – autor) ou enquanto unidade (efeito – autor).

Estas análises estão baseadas em algumas hipóteses, a saber:

- a) as passagens que revelam uma dificuldade estrutural na formulação e uma conseqüente fragilidade da assunção da aparição de um sujeito da escrita (legítimo), podem estar diretamente relacionados à dificuldades de elaboração da constituição corporal interna;
- b) para a criança existe uma relação clara entre esse eu mítico e um sujeito do discurso pedagógico, ou seja, não há um limite construído trabalhado separando a realidade da ficção;
- c) a construção de histórias infantis funcionam ainda como uma articulação metafórica ligada a compreensão do corpo e da sexualidade (no seu sentido mais amplo), já que estas situações marcam também a construção psíquica da constituição do “Eu” e da subjetividade humana.

O objetivo inicial estipulado para o trabalho (confecção das histórias) referia-se a uma experiência inovadora no ensino fundamental, onde estivesse sendo privilegiada uma reflexão sobre a linguagem.

Em primeiro lugar pensava poder levá-las (as crianças) a perceber que o sentido não é absoluto. Ao contrário, o sentido é sempre relativo às suas condições de produção. A linguagem não é nem representação fiel nem pura expressão do real, e sim construção de “um real”. O objetivo último era de que as crianças produzissem um texto “reflexivo”, um texto no interior do qual elas pudessem exercer uma crítica reveladora da relatividade do sentido do texto, por um lado e da institucionalização desse sentido, por outro. (GALLO, 1992 p. 67)

Em continuidade a este trabalho, outro objetivo foi acrescido, e outras relações analíticas puderam ser desenvolvidas: a percepção do processo de autoria como uma mudança subjetiva enquanto um processo inconsciente, tendo além da A.D. a psicanálise como referência. Surge, então, uma possibilidade de articulação entre a psicanálise e A.D.

Cabe retomar ainda que neste caso o processo de Autoria ao responder a demanda externa (o pedido da professora de Língua Portuguesa), estava atrelada a uma formação discursiva: o discurso pedagógico.

O D.P. possui um caráter próprio, caracterizado por Orlandi como discurso autoritário, onde necessariamente todos devem seguir o que se pede. Este foi um dos obstáculos observados nas construções analisadas pelo fato de terem que produzir histórias, que estão submetidas a leis e critérios próprios, anulando diretamente a espontaneidade presente nos processos de criação literária.

O D.P. caracteriza-se segundo Orlandi (2003, p. 15), “por não haver interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta no que a autora irá chamar de polissemia contida, já que o sujeito passa a ser um instrumento de comando”.

Esta referência já citada anteriormente no referencial teórico, foi resgatada para que se possa refletir sobre esta proposta de trabalho, tendo claro que um discurso autoritário

não possibilita o desenvolvimento de habilidades e conseqüentemente uma radical mudança subjetiva, por ser um espaço para a reprodução de idéias já estabelecidas.

No entanto, a produção literária experimentada e aqui analisada possibilitou uma nova forma de construção de sentido, tendo podido diminuir o impacto do discurso autoritário. A autoria torna-se aqui um processo de intervenção social de grande magnitude, já que esta experiência produz efeitos importantes para a construção subjetiva.

Nas histórias confeccionadas, foram selecionados alguns recortes retirados da apresentação inicial, que possibilitam perceber o que foi referenciado acima:

Fiquei feliz pelo fato de Ter começado e terminado algo, pois nunca eu tinha começado algo e conseguido terminar.

Adorei a experiência de poder Ter meu personagem para eu escrever minha própria história, meu próprio livro

Foi uma coisa assim, escrever um livro, me sentir importante, a noite de autógrafos, as pessoas comprando meu livro. Para mim o meu livro é o meu maior orgulho.

O que eu sinto ao ler esta estória é a alegria de uma pequena vitória, por Ter conseguido sem ajuda quase nenhuma. Para o meu coração quando sentiu isto pareceu pequena, mas quando vai-se falando pela primeira vez, vai crescendo dentro de mim. No começo desta frase eu disse que era uma pequena vitória, mas como cresceu esta vitória em minutos! Acho que nem eu entenderei. Agora sim, me sinto uma vitoriosa.

Quando eu acabei, eu percebi que mesmo tendo desanimado um pouco, foi importante eu ter superado isso, porque valeu eu fazer o livro, não só porque eu vou chegar na noite de autógrafos mas porque eu descobri que sou capaz de começar um trabalho e terminá-lo, feito com minhas próprias idéias.

A partir destes relatos, percebe-se o quanto foi importante para estas crianças terem desenvolvido algo, com ou sem a ajuda de alguém. Relatam o conhecimento de uma capacidade que até então lhes era desconhecida: a de autor.

Retomando Gallo (1992, p. 58), “a assunção de autoria pelo sujeito (função-autor) consiste na assunção da construção de um **sentido** e de um **fecho**, organizadores do texto. Este **fecho** produzirá um **efeito de sentido único**”.

Ainda segundo a autora acima citada, por ter sido uma atividade escolar, produziu-se um **efeito de autonomia**, que não invalida a mudança subjetiva ou de posição do sujeito. Este efeito de autonomia foi descrito por Pêuchex (1998) como algo imaginário no su-

jeito, lá onde se constitui uma relação imaginária com a realidade, onde ainda ele não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro, ou ao Sujeito, já que esta subordinação –assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sob a **forma de autonomia**.

Ainda segundo o autor supracitado, todo sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma **autonomia relativa** que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da lingüística. É, pois, intrincados a estas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, ou de uma pura atividade cognitiva, que utilizaria “acidentalmente” os sistemas lingüísticos (PÊCHEUX, 1988, p. 91).

Todo processo discursivo está submetido a regras e leis que são condições *sine qua non* para que se possa significar o que leva o sujeito a se submeter ao discurso do Outro, mesmo sem se dar conta deste processo. Esta autonomia relativa, não impede o sujeito de se reconhecer como tal, mas, por outro lado, não impede que este se submeta a ordem discursiva.

Esta autonomia faz com que se tenha a impressão do sujeito ser unicamente responsável por suas idéias, pensamentos e ideologias, quando na verdade elas já existiam antes mesmo dele existir. Pêcheux (1988) destaca dois mecanismos que colocam necessariamente em jogo as relações entre os “domínios do pensamento”: relações de discrepâncias que tomam a forma da exterioridade anterioridade (pré-construído) e a do retorno do saber no pensamento que produz uma evocação sobre a qual se apóia a tomada de posição de sujeito. São essas as relações que no interior das quais se constitui o pensável, e que formam o terceiro elemento mascarado pela concepção lógico-lingüística desses mecanismos.

Esta noção torna-se essencial para que se possa entender a origem das idéias elaboradas pelas crianças em sua confecção imaginária, que na verdade referem-se ao contexto histórico e social a qual estão inseridas, mesmo dentro de suas questões mais internas e inconscientes.

Uma outra situação percebida na análise dos textos, refere-se à utilização da construção metafórica como recurso inconsciente para poder significar as questões relativas ao corpo, e as relações sociais estabelecidas.

Podemos entender as histórias como uma metáfora, ou uma substituição de uma situação por outra, ou ainda um enredo por outro, pois parte-se do princípio de que há relação entre a representação ficcional escrita e a representação de si mesmo nas histórias.

Nossa hipótese, como já formulada anteriormente, é de que a construção de histórias infantis com “fecho”, (e conseqüentemente autoria) funcionam como uma articulação metafórica ligada à compreensão do corpo e da sexualidade (no seu sentido mais amplo), já que esta prática marca também a construção psíquica da constituição do “Eu” e da subjetividade. E também, como já fora enfatizado, existe esta possibilidade porque para a criança não há uma relação clara entre esse eu mítico e um sujeito do discurso pedagógico, posição que ela assume, ou seja, não possui um limite construído/trabalhado separando a realidade da ficção.

Assim, não se trata de um trabalho calcado em amostras, mas de recortes metafóricos exemplares, que foram utilizados como uma forma de ilustrar a relação teórica proposta.

Os procedimentos da Análise do Discurso têm a noção de funcionamento como central, levando o analista a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos, lançando mão da paráfrase e da metáfora como elementos que permitem certo grau de operacionalização dos conceitos (ORLANDI, 2001, p 79)

A autora afirma ainda que a metáfora é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito. Refere-se a metáfora não vista como desvio, mas como transferência, onde relaciona-se a historicidade representada por possíveis “outros”.

Tendo como referência a construção teórica realizada anteriormente, os recortes foram selecionados através de situações onde se destacam uma possível identificação de duas questões importantes para esta análise :

- a) situações onde se evidenciam a personagem como uma construção fictícia e conseqüentemente metafórica;
- b) situações onde se evidenciam o autor, enquanto narrador e aluno, inserido num contexto pedagógico.

Nestas duas situações o aluno encontra uma forma de lidar com questões vivenciadas nos conflitos ligados a pré-adolescência, que não puderam ser simbolizadas por algum motivo, modificando assim sua posição subjetiva diante destas mesmas situações, construindo assim uma postura social antes não experienciada através da autonomia proporcionada pelo efeito-autor, já referenciado no início deste capítulo.

a) Situações onde se evidencia o autor enquanto narrador e aluno inseridos no contexto pedagógico

O primeiro trecho a ser analisado refere-se à história “Foguetinha deu sorte”, que será identificada no decorrer desta análise como H1, sendo que a autora começa descrevendo a personagem principal, Foguetinha, como “um tipo de estrela cadente muito brilhante”. Continua sua descrição afirmando que o nome Foguetinha é apenas um apelido.

Nota-se que a descrição foi desenvolvida através de formas humanas, o que nos faz pensar que o fato de se utilizar uma estrela cadente humanizada é uma forma de simbolizar, ou metaforizar as transformações subjetivas e de si mesmo, ou seja, da própria autora da história.

“ o rosto dela por fora é amarelo e por dentro é vermelho e amarelo bem clarinho...Seus olhos são azuis com dois cílios, tem apenas um pontinho no nariz e sua boca também é azul...”

A segunda história a ser analisada está intitulada como As duplas aventuras de Duploman e será identificada como H2 no decorrer desta análise. A descrição da personagem principal está caracterizada da seguinte forma:

Cabelos em forma de ondas, duas camisas em uma, duas calças. Tem duas cabeças; uma é punk e a outra não. Usa óculos duplo (na cabeça punk) . ele é um ser de outro planeta, onde tudo inclusive ele é em dobro.

As cores de Duploman são: barba na cabeça punk marrom e a outra preta. Gola marrom. Metade da camisa é verde e a outra amarela na metade verde os braços são amarelos e na metade amarela os braços são verdes um cinto marrom e o outro preto. Calça jeans azul arroxeadado e a de cow-boy marrom. Bota também marrom.

A terceira história a ser analisada foi identificada como **H3**, e seu título é “**Um amigo salvou a terra**”, nela existe dois personagens principais, sendo que um mora dentro do outro: Monster Glup e Lobs Grerr.

A descrição de ambos foi escrita da seguinte forma:

Descrição do Monster Glup: ele é quase careca e tem óculos redondos. Tem sobrancelhas tortas e cabelos grandes dos lados. Boca torta e sempre anda com uma camisa branca com golas grandes e brancas e mangas compridas.

Descrição do Lobs Grerr: ele é todo peludo e tem olhos grandes e marcantes tem sobrancelhas supergrossas e orelhas grandes. Sua boca e nariz são juntas, igual a de um cachorro. Usa uma blusa toda rasgada, calças grandes, mas normais. Tem botas do exercito. Ele tem o físico forte.

A quarta história está intitulada de “**O homem azul**” e foi identificada como **H4**

A descrição da personagem foi relatada da seguinte forma:

“O meu personagem é um menino do dedo azul. Ele se chama Pedro e é um menino muito bom na escola. Mas é muito travesso. Ele tem olhos azulados, nariz pontudo. Ele tem um defeito, seu dedo direito é azul”.

A quinta história será identificada no decorrer desta análise como **H5**, “**Terra, uma outra história...**”, e nela a descrição da personagem é a que se segue:

O corpo de tecolino é corpo e rosto ao mesmo tempo. Os olhos a boca e o nariz ficam no grande coração que é o seu corpo. O cabelo é dividido ao meio e ficam duas pontas para fora do rosto. Seu cabelo tem duas cores, no meio é amarelo e as pontas são marrom bem escuro. A boca dele é vermelha, tem duas perninhas pequeninas para o seu tamanho. Tem dois braços também vermelhos com apenas três dedos.

Na sexta história, identificada como **H6** e intitulada “**Puf em...coca cola é isso aí!**”, a personagem principal foi descrito da seguinte forma:

O Puf é loiro, bonito e simplesmente o máximo. É um tipo de vampiro fracassado, bonzinho e leal. É vaidoso e se acha um “thans”, tem um físico bom. Gosta de música. É o gostosão das gatinhas. Usa sempre roupas transadas, mas nunca as mesmas. Seu tênis com uma mecha branca é maneiro. Tem uma super capa preta que é “chapada”. Tem também uma guitarra decente para tocar seu gênero muito louco de música.

Na sétima história, **H7**, “**Uma vida problemática**”, a personagem principal é Cabraper, um jupiteriano sem descrição corporal, apenas representado por uma figura desenhada pela própria autora.

Para embasarmos os recortes expostos anteriormente cabe-nos retomar o conceito de metáfora resgatado por Lacan (1998, p. 904): “a metáfora é, radicalmente, o efeito da substituição de um significante por outro numa cadeia”.

Na história, o efeito da substituição de um significante por outro pode ser identificado quando os autores substituem o corpo humano pelo corpo de uma estrela, de extraterrestres ou de vampiros, sendo que os mesmos não possuem uma forma definida ou integrada. São atribuídas a eles, mesmo assim, características humanas comuns como rosto, olhos, nariz, boca.

A centelha criadora da metáfora não brota na presentificação de duas imagens, isto é de dois significantes igualmente atualizados. Ela brota entre dois significantes dos quais um substitui o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímia) com o resto da cadeia.

“Uma palavra por outra, eis a fórmula da metáfora, e caso seja você poeta, produzirá para fazer com ela um jogo, um jato contínuo, ou um tecido resplandecente de metáforas”(LACAN, 1998, p.510).

Além de possuir características humanas, as personagens possuem uma história de referência familiar, ou seja, possuem uma mãe, um pai e até irmãos.

A relação das personagens com a descoberta de seu corpo, é desde o início, metaforizada pelos autores através da curiosidade sempre presente. As personagens possuem uma

característica ativa, já que possuem desejo de saber o funcionamento das coisas e de experimentar situações desconhecidas.

A seguir, em recortes de outras histórias, a relação da escrita com a possibilidade de resolver um conflito ou representar uma ameaça relativa à sua identidade vivenciada pela personagem pode ser identificada.

Lobs assustado pega a carta e lê cuidadosamente:

- Lobs, apareça às 11:30 no metrô ass...

Carta estranha, pensava lobs. Mas se queria entender tinha que ir.

Esperou até 12:00hs e nada. Estava indo quando ouviu um “pare” abafado. Um sujeito de porte baixo, careca, começou a falar:

- Desculpe pelo atraso. Tive uns problemas, mas enfim cheguei. Lobs, estamos no meio de uma guerra.” H3

De volta a casa o monstro entrega as compras a Duplomen. Mas está faltando um saco de farinha. Então para não voltar ao supermercado vão pedir emprestado ao vizinho. O vizinho trouxe um saco de farinha de uma marca bem estranha. Abem o saco e encontram um mapa e um texto escrito em polonês. Mas como não entendem esta língua levam o texto a um tradutor. O texto diz: - através da caverna da escuridão está a nave dos incas, que é a única capaz de dar cem voltas em torno do sol e ir até a órbita de Plutão.

Chegando a caverna encontram a nave que precisa ser puxada para fora. Eles a puxam para fora e vão pegar combustível. Quando voltam não encontram mais a nave e começa uma grande busca. Chegam a uma enorme gruta onde há um mágico que sabe tudo. Ele lhes diz onde a espaçonave está”. (nesta história a espaçonave é a única forma da personagem principal de voltar a seu planeta) H2

Um médico saiu para fora do hospital e um homem azul desceu e entregou uma carta para o médico. E daí as naves foram embora.

Na carta dizia que se eles não entregassem Pedro, eles destruiriam o hospital.” H4

Tecolino estava curioso e investigou. Quando estava investigando tecolino achou alguns papéis e começou a ler. Aqueles papéis tinham a assinatura de sua mãe. E um desses papéis dizia:

Caro Tecolino:

Eu, sua mãe merien lina, que faz tudo isto acontecer, fez isto para o seu bem. agora nesta carta eu vou explicar o que significa esta sala com esta tela e instrumentos. É nesta sala que você vai começar suas pesquisas para criar vida neste planeta que você está. Com esta tela você vai ver o planeta para diminuir a quantidade de vezes que você terá que ir ao planeta, e o transporte é para quando você tiver que ir fazer pesquisas importantes.

Tecolino, eu vou terminar esta carta dizendo que você terá que em primeiro lugar escolher um nome para o planeta.

Ass: Merien Lina. H5

Puf havia batido o record de 24.995. De repente começou a escrever na tela do computador .

Essa é uma fita internacional do FBI. Caso alguém a encontre deverá levá-la diretamente ao governo.” Na tela apareceu ainda todos os códigos do pentágono norte americano. Puf então havia descoberto. H6

Quando cabraper se foi deixou uma carta para a família, dizendo:

“Minha querida família, descobri um jeito de fugir. Mas só é possível salvar uma pessoa. Por isto experimentei e deu certo! Vou para vênus e depois morarei o resto de minha vida na terra!

Gostaria muito de salva-los para viverem comigo, mas isto não foi possível!

Nunca os esquecerei! Eu os amo!

Cabraper.

Quando a família de cabraper leu a carta, disseram aliviados:

- graças a Deus! – já fracos sem oxigênio. H7

A escrita foi o caminho encontrado pelos autores para revelar uma condição subjetiva e ao mesmo tempo, uma reconciliação em suas histórias com aquilo que aparentemente seria insuportável, além de revelar soluções que puderam auxiliar as personagens em sua jornada. Podemos referir a este mecanismo encontrado pelos autores como um ato sublimatório ou sublimação.

Segundo Cruxên (2004, p.16)

ao estabelecer o sentido do termo sublimação Freud evoca primeiramente a depuração e a transformação. Relaciona-as ao desenvolvimento de fantasias que têm como objetivo proteger o sujeito da angústia. Esta operação se dá na direção de um sentido de enobrecimento.

Ainda para o autor supracitado, as relações entre criação literária e a fantasia inscrevem-se neste processo. O escritor criativo articula e expõe sua fantasia criando uma cumplicidade com o leitor. Este por sua vez, toma de empréstimo as fantasias do escritor para a realização de seus próprios anseios. Assim, a arte literária opera uma superação da repulsa

tendo como principal triunfo o prazer formal que o executa. O desprazer é superado, o recalque atenuado e o próprio leitor toma coragem para se deleitar sobre suas próprias fantasias.

Além de utilizar a escrita como forma de lidar com os conflitos os autores encontram outros caminhos que entendemos como uma tentativa de superar a ameaça do desconhecido.

Ao chegar em outro planeta “marte” percebeu o quanto este se parecia com a Terra pois tinha quase as mesmas condições que este.

Estava tirando uma soneca para relaxar, quando de repente ouviu barulhos de tambor. Ela correu para procurar saber de onde vinha aquele barulho. Descobriu que vinha de um tipo de tribo selvagem. Eles estavam dançando cada um com seu par. Estavam comemorando a lenda das estrelas. Pensou então em brincar com os selvagens. Foi aparecendo e os selvagens foram se ajoelhando e começando a rezar, pensando que a lenda estava se tornando realidade.

Foguetinha sem querer foi se encostando na fogueira, e fazendo gestos estranhos para parecer realmente uma lenda se realizando. E realmente estava se realizando... só que o maior incêndio que já existiu, pois juntou-se seu próprio fogo com o da fogueira. Ela saiu correndo para outro lugar pensando em se livrar do fogo e realmente conseguiu. H1

Neste recorte, fica clara a necessidade da personagem em fazer contato com aquele que ela não conhece ou que percebe como “estranho” e que conseqüentemente pode representar uma ameaça.

Nesta situação, não foi a escrita que possibilitou este contato, mas sim o corpo, que pode ser entendido como uma relação metafórica da autora para estabelecer contato em situações sociais desconhecidas para ela, mas que estão inseridas em um contexto simbólico e ao mesmo tempo já compõem o contexto social. Aqui a metáfora é esclarecedora: seu corpo funde-se ao corpo social.

Outros recortes pertencentes a outras histórias também podem revelar a mesma situação: o corpo e a linguagem corporal (entre elas a oral) tomados como forma de buscar auxílio para a personagem .

Lobs resolve fazer uma viagem. Toda esta revelação o cansou. Então ele resolve ir para o Havai. Assim que chega, todas as pessoas se assustam pensando que um monstro havia aparecido. Ele sentiu que não poderia ficar ali só se ...

- Que homem esquisito, não é chefe?

Diz o recepcionista do hotel – todo encapuzado num calor desse...

O homem esquisito na verdade é lobs fantasiado.

Lobs não podia ficar todo encapuzado pois ele foi lá para se divertir e não para se esconder. Então Lobs teve uma idéia e se ele se fantasiasse de punk, seria irreconhecível. E lá foi lobs, o punk da periferia.”H3

A tarde no restaurante, encontram um suspeito e o seguem pois ele tinha um botão igual ao que acharam na casa do delegado e um anel igual ao indicador da mão esquerda.

Então Dupled vai conversar com ele como se fosse ladrão.

Dupled acaba puxando uma longa conversa e o ladrão leva-o até o esconderijo. Duplomen e o delegado os seguem o tempo todo. Chegando ao esconderijo Dupled faz perguntas e pediu coisas emprestadas. Duplomen e o delegado entram no esconderijo e levam o ladrão preso. H2

Quando chegaram eles deram a volta e ficaram observando os dois guardas que guardavam os fundos. Os dois subiram em uma árvore e ficaram bem em cima dos guardas. Então Puf caiu em cima do outro renderam os dois, pegaram as fardas e entraram. H6

Um dia cabraper decidiu ir para as montanhas. Ele arrumou suas coisas e seguiu em direção aquela enorme montanha. Quando chegou, descobriu que ali moravam tribos indígenas. Os índios não aceitaram cabraper em sua tribo por causa de tudo que ele havia feito.

Cabraper pediu muitas vezes e explicou o que veio fazer naquele lugar. Finalmente os índios aceitaram a sua explicação e deixaram-no ficar.

Cabraper certo dia perguntou:

- vocês conhecem alguém que possa me ajudar?

Aqui nas montanhas existe uma lenda que ouvimos desde pequenos. A lenda diz o seguinte: quem desobedecer as leis que foram criadas, deve subir na montanha mais alta do mundo e lá encontrará um velho que lhe dará instruções. Cabraper estava decidido, ele iria definitivamente a montanha mais alta e falaria com o tal velho. H7

Estes recortes podem ser encarados como uma tentativa dos autores de significar o real, ou seja, uma tentativa de estabelecer uma relação antes impossibilitada de ser simbolizada, por isso a não utilização da escrita, mas do corpo e da linguagem oral. Nesta situação, os autores não conseguem colocar em palavras o impacto de uma exposição corporal / social e a simbolizam pelos movimentos corporais (lutas, disfarces) para que os outros não os reconheçam e também viagens para pedir auxílio social. Estas situações, experimentadas pelas perso-

nagens, podem ser entendidas como uma forma de estabelecer metaforicamente o que ocorre diante da exposição do corpo e as possíveis conseqüências disto.

Pode-se compreender ainda o narrador como sendo a instância que busca produzir uma formulação diante das mudanças corporais e das contradições sociais não compreendidas pela personagem.

O que ocorre com as personagens é uma forma de o autor poder narrar o que na verdade acontece com ele, podendo assim simbolizar algo que lhe escapa (alterações corporais, movimentos corporais, pedidos de ajuda social através da punição corporal, lutas ou a própria excitação corporal diante do que lhe ocorre).

Cabe retomar Lacan (1996, p.55):

o real é aquilo que escapa, que está para além do retorno, da volta, da insistência dos signos, aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer. Na origem da experiência psicanalítica, o Real é apresentado na forma do que nele há de inassimilável – na forma do trauma.

Aquilo que socialmente não é aceito é excluído pela consciência, mas registrado, mesmo sem ser entendido pelo inconsciente, e sempre em situações onde não entendemos o que ocorre, retorna, pedindo por um sentido que anteriormente foi negado.

Este retorno pode ser entendido através da confecção das histórias, ou seja, as histórias podem ser consideradas como tentativas dos autores significarem os seus conflitos que insistem em retorná-los.

Segundo Maliska (2003) o evento traumático, ou seja, que não foi simbolizado anteriormente, leva o sujeito a procurar palavras que possam dar conta desse real, buscando escrever o real dentro de um raciocínio, dentro de uma cadeia significativa embora o real não cesse de escrever.

Podemos analisar a escrita como uma tentativa de dar um sentido claro a algo que foge justamente a este sentido e que, portanto, nunca será totalmente simbolizado.

Assim, um dado importante encontrado é a utilização de reticências em situações desconhecidas, duvidosas, e consideradas ameaçadoras para as personagens. Consideramos este recurso lingüístico uma marca presente na formulação de situações nas quais os autores não conseguem representar em palavras certas situações vivenciadas por seus personagens, como a curiosidade corporal, genital, ou de perdas significativas, ou seja, em situações em que escapa o sentido.

Os significantes que estão diante das reticências neste caso não parecem passíveis de uma interpretação satisfatória, ou completa, e esta incompletude parece estar representada pelas reticências. Esta característica marcante pode ser entendida também a partir do conceito de Real.

De repente Glup vê uma espécie de lobisomem, ele pergunta:

- sou lobs, o monstro que você criou denominado superpoderoso. Glup as vezes você pode estar enganado. Talvez eu não tenha tanto poder e ...

-Bobagem, você tem poder e vai me ajudar a vingar-me do mundo. H3

- Mas não dá para viver na terra sendo azul. Seria uma tragédia!

- Não, eu vou conseguir a nave e o remédio para nós ficarmos brancos novamente.

- Só que irão nos caçar por toda a parte.

- Eu tenho um plano.

- Então qual é?

- Eu vou te contar... H3

Após a vida ver aquela outra vida, ela se sentiu atraída. Ela foi chegando cada vez mais perto, até que ela se sentiu atraída, atraída, cada vez mais, até que uma olha para a outra e...

No outro dia eles ficaram juntos. Eles nadavam, nadavam. Eles sentiram uma coisa um pelo outro que nunca foi sentida antes. H7

- Você sabe pilotar aviões?

- Sei, mas este aqui...

- Este aqui o que?

- Este é modelo novo, mas isso não é o pior. O pior é, que, está com pouco combustível. Vai ser difícil chegar, pois a viagem é longa. H6

Cabraper lembrou muito de sua outra filha e ficou com saudades. Os três viveram no mundo dos sonhos durante três anos.

Ate que um dia... H7

Sabe-se que, segundo Lacan, a realidade é constituída por uma trama simbólica e imaginária, feita, portanto, de palavras e de imagens, ao passo que o real é precisamente aquilo que não pode ser representado nem por palavras nem por imagens: ao real falta representação psíquica (FERREIRA, 2000, p. 32)

Consequentemente pode-se afirmar que o real é justamente o que está fora do simbólico e por isto é definido como algo impossível de ser simbolizado (colocado em palavras). O que se percebe é justamente esta característica: as reticências surgem como uma possibilidade do autor de significar essa impossibilidade, que não pode ser representada em palavras.

O real que é da ordem da língua, se opõe à realidade que é da ordem social, prática. O sintoma mais imediato do real é um “impossível”, inscrito igualmente na ordem da língua. Costuma-se dizer “as palavras faltam” o que aproxima o sintoma da idéia de ausência, defeito, insuficiência e imperfeição (FERREIRA, 2000, p. 26).

Ainda com relação aos recortes expostos, mesmo aqueles que representam uma ameaça social onde o desconhecido é temido - H3 e H6, ou algo é contado em forma de segredo ou de uma revelação – H6 e H7, podem estar relacionados à curiosidade sexual, onde o pré-adolescente quer saber sobre as diferenças sexuais (corporais) existentes entre meninos e meninas. A puberdade não deixa de ser uma revivescência da fase edipiana, onde além da curiosidade sexual, as experiências com o sexo oposto também passam a ser vivenciadas. Por ser algo proibido socialmente, ocorre o recalque e consequentemente um conteúdo inacessível à consciência. Passa, assim, a ser algo impossível de ser colocado em palavras ou de ser significado e por isto precisa ser metaforizado.

Aquilo que para o ser falante é lugar do impossível é também lugar de uma proibição. O campo da proibição que se encontra com o campo do real, será aquele onde as duas

inscrições se confrontam: a relação dos sexos ou diferença sexual enquanto ela deveria dar lugar à escrita ou ao ato sublimatório (MILNER, 1987, p. 44).

Esta relação pode ser percebida nos recortes analisados, já que a curiosidade sexual se presentifica metaforicamente: conhecer novos planetas e atração entre aqueles que são diferentes (H1 e H5, por exemplo) podem ser entendidos como conhecer novos corpos e novas experiências ligadas à sexualidade.

Aqui fica claro ainda que a utilização das reticências seja uma forma de “escapar” do que é proibida, uma forma de não falar do que lhe é impossível: da curiosidade sexual, o que é comum na pré-adolescência.

Ao articular a repetição com o real Maliska (2003, p. 63) afirma que “a repetição se dá pelo impossível, ou seja, por se repetir, é impossível. É o não realizável”.

Então, para o autor acima, a repetição não é nem o novo puro, nem a cópia de uma matriz já dada. Está acima de qualquer volição humana e se dá pelo desejo, que, segundo a psicanálise, é um ato que traz em si algo do passado com caráter de novo. É no trágico, no acaso, na falta, na repetição, que apreendemos pontas do real. A repetição também é do desconhecido, do ignorado, mas não do desconhecido por completo, aquele que nos é estranho e sim o que há de desconhecido no familiar, aquilo que não conhecemos em nós e que nos espanta e se repete.

As utilizações das reticências, analisadas anteriormente, podem estar relacionadas a este processo por ser uma representação lingüística, que para estes autores, possui uma função de registro simbólico de algo que é impossível de ser simbolizado e que também se repete.

É justamente por este processo ser inconsciente, que podem articular o real da escrita pelas manifestações do inconsciente psicanalítico (usar repetidas vezes situações lingüísticas pode ser interpretado como uma destas manifestações).

Para resumi-la a seu mínimo, a tese freudiana poderia ser dita assim: o fato que haja a língua tem haver com o fato que haja inconsciente, de onde se segue que os mecanismos de uma repetem aqueles do segundo (é a tese dos sentidos opostos nas palavras primitivas) e reciprocamente. Donde se segue mais precisamente que um ponto deve ser definido onde a língua - ao mesmo tempo o fato de que exista, e o fato de que ela tenha tal forma - o desejo inconsciente se articulam (MILNER, 1987, p. 42).

Ainda segundo Milner (1987, p.46) trata-se aqui do real da escrita: “que a esta existência aqui construída corresponda ou não a uma realidade é, pois, o que não é essencial, o importante é que ela possa ser construída.”

O autor refere-se aqui na impossibilidade de se falar ou de se escrever tudo o que pensamos ou desejamos dar um significado. Esta possibilidade de significar tudo ou o todo é impossível, justamente pelo fato de haver conteúdos que escapam à capacidade lingüística, identificado pela psicanálise como conteúdo inconsciente.

Isto, sem dúvida, se reflete na língua e conseqüentemente na escrita.

Para ilustrar melhor o que foi afirmado anteriormente, cabe analisar um outro recorte de H1, cujo capítulo foi intitulado de “amizade difícil”.

“Foguetinha dirigiu-se para a Terra e quando chegou parou de longe e viu coisas esquisitas, eram: prédios, casas, carros, aviões, ruas e etc....só que ela não conhecia estas coisas, por isso ficou só a observar. ” H1

Foguetinha chega ao planeta Terra e neste planeta tudo era estranho e esquisito, porque ela não conhecia as coisas deste lugar. Aqui se confirma o fato da autora utilizar (como uma repetição simbólica) as reticências diante de coisas desconhecidas, como se não conseguisse significar ou colocar em palavras tudo o que estava vendo e sentindo.

É necessário observar o estranhamento de Foguetinha se fazer presente justamente durante sua visita ao planeta Terra. Mais uma vez o narrador se faz presente materializando o

distanciamento do sujeito. Esta situação reflete sua própria condição de estranhamento diante dos objetos que fazem parte de seu mundo e das alterações corporais; coisas que aos olhos dos outros não seriam estranhas (casa, carro, etc), mas para ela são, pois não as conhecia desta forma agora experimentada.

Um recorte importante referente a este capítulo, presente também em outras histórias, refere-se ao medo de ser atacada pelos “homens”, sendo que este ataque está caracterizado pela utilização de armas de fogo. Ao mesmo tempo em que as armas são direcionadas para seus personagens, estes não sofrem danos mesmo que penetradas no corpo pelos tiros. E quando são atacadas representam uma ameaça, como se os dois herói e opositor precisassem se defender. Esta situação pode ser percebida no seguinte recorte:

Certa vez Duplomem e Dupled resolveram passear de balão, saíram e foram voando, voando, voando. Quando estavam passando pela União das Repúblicas Soviéticas (URSS), mudaram um pouco o curso para observar bem uma cidade. Foram derrubados por um navio da marinha, porque era um local utilizado para o treinamento dos soldados. H2

Outras articulações podem ainda ser feitas e relacionadas aos conflitos da pré-adolescência sendo também consideradas como uma situação que se repete: a separação das figuras parentais das personagens e a configuração familiar presente nas histórias.

Seus pais são separados, e ela mora com sua mãe. Tem muitos amigos e duas irmãs. O que ela mais gosta de fazer é ler e seu esporte predileto é voar. H1

Aos quinze anos seus pais morreram e por isso sua vida na adolescência não foi boa. H3

O meu personagem tem doze anos. Quem escolheu o nome dele foi sua tia chamada Ângela, a sua mãe, dona Britz de 36 anos e seu Sebastião que tinha 40anos, e era o pai de Pedro. H4

Seu pai se chama Joel Lino e a sua mãe se chama Merien Lina. Tecolino não tem irmãos. Ele nasceu com um tubo de ensaio na mão e logo os pais dele perceberam qual seria o seu futuro.

Quando ele nasceu, os pais dele o mandaram para um planeta que estava se criando, porque o Tecolino poderia ser uma grande pessoa no desenvolvimento deste planeta. H5

O meu personagem é o Puf. Ele tem um irmão que é loucão, sua mãe é pirada e um pai doidinho. Ele também é assim. Ele nasceu na maternidade do nada, simplesmente apareceu no mundo de repente, por isso o nome dele é Pu. H6

No planeta Júpiter houve o nascimento de um jupiteriano chamado Cabraper. Seu pai se chamava Bradersco e sua mãe Capernita. Ele tinha duas irmãs, uma chamada Per-nita e a outra Capernita. H7

Cabraper saiu de Júpiter um dia antes da explosão. Quase todo mundo já tinha morrido! Quando ele se foi deixou uma carta para sua família.

Quando a família leu a carta disseram aliviados:- Graças a Deus! H7

Sair e conhecer coisas novas- H1-, a morte dos pais – H7, enviar o filho para outro planeta – H5, a negação parental – H6, todas estas situações podem estar relacionadas também com a necessidade existente nesta fase de desenvolvimento (que é a separação das figuras materna e paterna, necessária para a maturação psicológica).

Nesta fase a negação parental é uma característica, pois o interesse se volta para o próprio corpo e para o corpo de outras pessoas que não sejam os pais. A diferença sexual já se instalou, e a curiosidade por novas experiências corporais ganha maior espaço.

Sabe-se que a puberdade é o período que antecede a adolescência e que, geralmente, inicia-se entre 11 e 12 anos, podendo se estender até os 18 ou 20 anos. Segundo Eizirik (2001), quanto ao processo puberal, podem ocorrer variações em uma mesma cultura, em diferentes épocas históricas e ou estratos sociais. Pode ser iniciado mais cedo, devido as exigências sociais, como a necessidade de trabalhar, por exemplo, e, se estendendo até 23 ou 24 anos alcançando sua independência mais tardiamente.

Uma das características desta fase refere-se à elaboração do luto infantil diante de situações que foram significativas. Uma delas refere-se ao corpo infantil que tem que ser abandonado, além da identidade sexual que deve ser assumida na fase adulta. O luto pelos pais na infância e a relação infantil de dependência vão sendo abandonados progressivamente e uma visão mais realística dos pais deverá surgir.

A relação familiar representada na história pode ser então, percebida como uma forma de significar a relação edipiana, ou infantil, que até então não havia sido significada. Marca-se então mais um encontro com o real.

Outra característica importante ligada à fase da pré-adolescência refere-se à curiosidade sexual e às alterações corporais, também presentes nas histórias.

Alguns recortes marcam a curiosidade pertencente a esta fase através da metáfora:

Então ela resolveu não ficar só na curiosidade e ir ver os planetas de perto.

Para começar, ela vai para o chamado primeiro planeta do sistema solar: Mercúrio. Ela já tinha ouvido falar que ele era bastante quente. E quando chegou concordou com isso, pois no começo quase não agüentou de tanto calor, mas depois acostumou-se. Ela estudou bastante o planeta e fez muitas descobertas. H1

Mas lá fora estava a vida que tinha pulado do vidro para conhecer o mundo. Ela andava pelo planeta.

Enquanto a vida nadava ela encontrou uma outra vida, só que masculina.

As duas vidas nadavam juntas, e meses se passaram. Tecolino estava morrendo de preocupação. Mas as vidas já estavam maiores, diferentes e a água não era tão necessária para elas. Até que um dia, muito tempo já havia se passado e a vida mulher, que estava com o corpo diferente, começou a sentir uma dor. Ela foi para a água. Quando ela chegou na água começou a sair no seu corpo várias vidinhas. Ela ficou super feliz e com o tempo aprendeu a cuidar das vidinhas. H5

Nestes recortes, as personagens passam a viver suas aventuras, experienciando coisas novas e diminuindo sua curiosidade sobre elas. As situações praticadas pelas personagens estão caracterizadas ainda por sensações corporais bastante significativas, onde as alterações do corpo diante de investigações direcionadas por curiosidade não podem ser negadas.

Nos trechos descritos anteriormente, fica evidenciado o quanto a alteração corporal se mistura com o fato de estar saciando uma curiosidade e o quanto as diferenças deixam de lhes impressionar tanto.

O calor descrito em H1 pode ser entendido como uma brusca excitação corporal diante de seu objeto de desejo: o planeta desconhecido. O fato de já ter ouvido falar do calor emitido por este objeto revela que algo era de seu conhecimento, porque já havia escutado de

alguém, sobre ele mesmo, sem tê-lo conhecido profundamente. Este saber revela que já haviam contado a ela e que a sensação apenas confirma a sua incerteza. O fato de ter se acostumado com o calor revela que no início pode ter estranhado a alteração corporal, mas com a frequência desta sensação acabou se acostumando.

A autora de H1 indica ainda um saber já existente através deste recorte, sobre o planeta a ser visitado, mesmo sem conhecê-lo. Ela já sabia de algo antes mesmo de visitá-lo.

Então ela resolveu não ficar só na curiosidade e ir ver os planetas de perto.

Para começar, ela vai para o chamado primeiro planeta do sistema solar: Mercúrio. Ela já tinha ouvido falar que ele era bastante quente. E quando chegou concordou com isso, pois no começo quase não agüentou de tanto calor, mas depois acostumou-se. Ela estudou bastante o planeta e fez muitas descobertas.H1

É justamente neste momento que aparece o equívoco, onde as palavras faltam ou não se articulam, e pode-se afirmar que aqui o inconsciente aparece no discurso.

Outro recorte onde o equívoco textual aparece foi retirado de H5:

Quando tecolino nasceu os pais dele o mandaram para um planeta que estava se criando porque o tecolino poderia ser uma grande pessoa no desenvolvimento deste planeta. Esse planeta era o planeta Terra e o Tecolino foi mandado para este planeta. Quando ele chegou aqui, ele era bem pequenininho mas era muito inteligente

Em seguida a personagem da história encontra uma carta de sua mãe que diz:

“Tecolino, eu vou terminar esta carta dizendo que você terá que em primeiro lugar escolher um nome para o planeta”.

Nestes recortes a autora conta que seu personagem irá criar algo que já existe, como o nome do planeta que ele está citado no início da história.

Para Gadet e Pêcheux (2004), a língua domina o pensamento, impondo-lhe a ordem do negativo, do absurdo e da metáfora. É neste ponto aí que a ciência da linguagem relaciona-se com o registro do inconsciente.

Segundo Ferreira (2000), a relação com o equívoco afeta toda a língua. E sob diferentes formas e encobertos sob diferentes marcas sintáticas, o equívoco se manifesta, vindo à tona e ganhando corpo e significação. O modo de materializar-se pode ser pelo viés da falta, do excesso, do repetido, do parecido, do absurdo e do nonsense e, por aí, se estendem às possibilidades. O que há de comum em todas elas é a ruptura do fio discursivo na forma de contradições não solucionadas ou “incoerências”.

Depois que voltou das férias uma coisa começou a deixá-lo grilado. Por mais que se esforçasse não conseguia se lembrar do seu planeta natal, e morria de vontade de ir lá, vê-lo mais uma vez. H3

Quando tecolino acordou o lugar que ele estava era muito estranho, mas além de ser estranho o tecolino achou que aquele lugar era muito reconhecível e ele não sabia de onde ele o conhecia. H5

Ele não estudou, mas já nasceu sabendo tudo. H6

O garoto entrou em casa e estava um silêncio absoluto. Revirou a casa e não encontrou Cabraper, mas quando bateu os olhos em cima da mesa, viu um envelope branco. Quando leu o bilhete começou a chorar. Mas como chorar não adiantava, ele saiu correndo e foi direto a polícia. Chegando lá, Paulo mostrou o bilhete ao delegado, que não entendeu quase nada se não fosse a ajuda de Paulo. O delegado achou muito estranho o que o bilhete dizia: “vou numa viagem ao passado!”

Mas foi aí que Paulo lembrou da história que Cabraper contara a ele um ano atrás, e resolveu contar ao delegado. H7

O que aparentemente é esquecido pode ser entendido, na verdade, como algo que já se tenha experienciado ou vivido, e, por ser “proibido”, foi retirado da consciência.

Podemos entender esta situação como uma forma de se fazer presente novamente “o esquecido”, já articulado anteriormente.

Para Pêcheux (1988), o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. A identificação fundadora da unidade imaginária do sujeito apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso constituem o discurso do sujeito. Os traços que o determinam, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. O “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece e impõe a realidade e seu sentido sob a forma de

universalidade, ao passo que a articulação constitui o sujeito em sua relação com o sentido, representando o interdiscurso.

De acordo com o que foi exposto, o que está implícito refere-se a duas situações sobrepostas: o fato dos autores já conhecerem o que estava por vir e o de relacionar o estudo ou as investigações destas situações com grandes descobertas (argumento utilizado no discurso pedagógico). Aqui se marcam os equívocos textuais.

a) Situações onde se evidencia a articulação da função autor e do efeito autor através da sublimação.

Podemos identificar esta segunda evidência através do primeiro diálogo apresentado na primeira história, entre Foguetinha, personagem principal, e sua mãe:

Um dia a mãe da foguetinha a viu lendo um livro sobre o sistema solar, e perguntou:
Porque você está lendo este livro se você poderia ver isto de perto?

Para saber coisas que nem mesmo a gente sabe – Ela responde, e continua lendo. Foguetinha fica muito curiosa, afinal, do jeito que o livro fala do sistema solar da vontade de sair por aí e conhecer todos os planetas... H1

Esta relação relatada, em detrimento do saber experienciado, mostra a inserção do sujeito no discurso pedagógico, através da personagem. É na escola que se confirma o quanto podemos conhecer e aprender coisas que não sabíamos, através dos livros de materiais pedagógicos adotados pelas instituições escolares em lugar da memória social.

Em outro momento a autora relaciona novamente a sua curiosidade ao ato de “estudar”, situação vivenciada pelos alunos ao iniciarem um assunto desconhecido, podendo ser evidenciado novamente o D.P.

“Ela ficou lá disposta a estudá-lo também.”H1

“Era Vênus. Lá ela se recuperou e resolveu continuar suas pesquisas.”H1

Em outros recortes pertencentes a outras histórias analisadas, também foi possível identificar a inscrição do sujeito aluno no D.P., através de referências explícitas ao estudo, ao aprender a pesquisar, e de outras situações que compõem as atividades escolares.

Na segunda história analisada, a principal personagem encontra uma espécie de pássaro não identificado pelos cientistas e por curiosidade “pesquisam” sobre ele:

Um dia enquanto Duplomem e Dupled passavam por Miame, avistaram no céu uma espécie de pássaro que nunca viram na Terra. Resolvem verificar em um laboratório para descobrir se esta espécie de pássaros existe na Terra. Procuraram em livros, com os cientistas, em documentos, etc... mas mesmo procurando em todas estas coisas, não acharam nada sobre este pássaro. Sendo assim este pássaro não existe na Terra. H2

Neste recorte o autor utiliza o argumento necessário para sua história, de que o pássaro pesquisado não existe na Terra, sustentado pelo fato de não ser reconhecido pelo discurso científico e pedagógico, que são considerados socialmente como verdades absolutas. Um pássaro só pode ser considerado deste planeta se a ciência e os registros sociais reconhecerem este fato. Aqui, fica evidente a forma de inscrição do sujeito no D.P., ou seja, por uma submissão aos seus sentidos.

Na terceira história, o autor traz o D.P. no final de sua história, através do seguinte recorte:

Bom dia mãe, sabe que eu tive um sonho esquisito. A minha professora Solange pediu para que todos inventassem um personagem e escrevessem aventuras. O meu sonho poderia ser uma idéia. H3

O autor aparece no final para justificar a história contada e corresponder ao pedido da professora da disciplina de Língua Portuguesa, assegurando a atividade pedagógica solicitada, marcando assim sua posição no D.P..

Na quinta história, o recorte a ser destacado refere-se também à atividades pedagógicas utilizadas como forma de estimular ou amenizar uma curiosidade:

“O Tecolino fazia todos os dias pesquisas e expedições para estudar a Terra.”H5

A forma de inscrição no D.P. também pode ser marcada pela desconfiança, uma submissão contestada e contraposta. Isso pode ser observado quando as personagens demonstram sentir estranhamento diante do saber, utilizando a terceira pessoa ao se referir a um saber pré-estabelecido relacionado à ameaça social.

Os humanos estavam com medo que esta coisa gigante os atacasse.H1

Sobrevoando Berlin, eles vêem os habitantes do lugar afobados e com medo de algo. Resolvem pousar o duplojato para tentarem descobrir o que está havendo por ali. Pedem a várias pessoas para explicar o que está havendo em Berlin H2

O ser humano é muito perigoso, malvado e impiedoso. Quer só o poder poucas pessoas são salvas disso e quem se salva tem realmente o poder de agüentar os maiores trancos. Lobs, não se deixe levar pelo ser humano.H3

Como Puf estava em um avião de guerra dos EUA, os brasileiros pensaram que estavam sendo atacados e começaram a se defender atirando.H6

Cabraper (um extraterrestre) estava sendo curado por Leófale (uma humana). Ela tinha inventado um veneno . na hora do chá, aproveitou e adicionou um pouco do veneno no chá de Cabraper. Este veneno fazia com que cabraper obedecesse somente a ela. Foi aí que Cabraper começou a cometer crimes atrás de crimes.H7

Nos recortes selecionados acima, os autores se utilizaram da terceira pessoa, separando-se, assim, de um saber de que algo que não pode ser identificado ou conhecido, mas principalmente que não pode ser assumido por estar relacionado a uma situação de perigo social. Este “saber” faz parte de um contexto social pré-estabelecido.

Como já foi referido anteriormente, este saber pode ser está “esquecido” (esquecimento número 1 e 2). Dentro desta proposta podemos perceber a relação da A.D. com a psicanálise, no sentido de que aquilo que pode ser afirmado por um sujeito, refere-se à situações antes vivenciadas e recalçadas, por serem insuportáveis para a consciência e impossíveis de serem significadas. O que pode ser “significado” está diretamente ligado ao pré-consciente psicanalítico, relacionado por Pêcheux (1988) ao esquecimento no. 2.

Segundo Chemana (1995, p.185), “ a psicanálise irá chamar de recalque o processo de afastamento das pulsões as quais é rejeitado o acesso à consciência. O recalque põe de lado e mantém afastado do consciente somente aquilo que poderá provocar um desprazer.

Este desprazer está diretamente ligado à castração, ou a situações sociais insuportáveis a consciência. Graças ao recalque, o conteúdo reprimido se mantém reprimido. Portanto é um mecanismo de defesa criado pelo psiquismo para evitar o sofrimento.”

Neste sentido, pode-se afirmar que o esquecimento n.1 designado por Pêcheux também possui este efeito: manter um conteúdo social insuportável e longe da consciência como uma forma encontrada pelo sujeito de se defender disto.

Há ainda um estranhamento das personagens diante deste saber, que pode ser entendido como uma tentativa de compreender situações sociais que envolvam o desconhecido. Este estranhamento pode ser entendido ainda como algo que foi rejeitado ou posto de lado pela consciência, ou seja, está ligado ao recalque e conseqüentemente ao esquecimento n. 1.

Foguetinha agora não entendia mais nada, até que resolveu consultar o seu livro sobre o sistema solar e procurou informações sobre o planeta terra. Então ela começou a entender que a terra era um planeta habitado por humanos. Bom, ela agora já tinha deixado o livro de lado e tratado de fazer amizade com os humanos, uma coisa muito difícil de acontecer: se ela jogasse seu livro aberto na página onde falava do sistema solar, os humanos entenderiam.

Resolveu jogar também uma carta escrita por ela “não se assustem comigo, sou apenas uma estrela viajante. E deu certo.... Foguetinha pegou o seu livro de volta e logo continuou sua viagem para outro planeta ...”H1

Aqui a autora ensaia seu entendimento com relação aos humanos ou ao “saber permanente” relacionado com o social e ou a cultural. No primeiro momento a autora percebe como estranhamento de si – (esquecimento n. 1), mas imediatamente tenta uma formulação, através do elemento simbólico “livro”, que vincula o sujeito ao D. P. por esse instrumento pedagógico do “outro” (os seres humanos) e de si. Essa formulação materializa a necessidade de estabelecer a conciliação dos conflitos gerados pela incongruência entre as experiências subjetivas e a demanda social – (esquecimento n. 2).

A personagem está convencida de que ao ser percebida sua relação com o livro, “os homens” a entenderiam e não a tomariam mais como ameaça.

Formula então um pedido: “não se assustem comigo, sou apenas uma estrela viajante.” H1

Ao apresentar-se desta forma, consegue-se conciliar com a posição-sujeito que a ameaça. Ao estabelecer esta relação registra o quanto a escrita e o saber contido pode transformar o medo em sentimento de compreensão, permitindo, assim, que o conteúdo posto de lado pela consciência, perca sua força. O livro e a escrita, instrumentos necessários em um ambiente pedagógico, podem literalmente salvá-la do perigo ou da ameaça social experienciada de forma ficcional pela personagem que a representa.

Não se pode deixar de lado a demanda escolar referente a construção literária em análise. Cabe-nos retomar Pêcheux (1988) e o conceito de interdiscurso enquanto pré-construído; matéria prima que constitui o sujeito em “sujeito falante”, como a formação discursiva que o assujeita.

Nesse sentido pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade inteiramente determinada como tal “do exterior”. E o caráter da forma-sujeito, com o idealismo espontâneo que ela encerra, consistirá precisamente em reverter a determinação : diremos que a forma – sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro “já dito” no intra-discurso , no qual ele se articula por “co-referência”. Parece-nos nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos. (PÊCHEUX, 1988, p. 167)

As relações estabelecidas até o momento nos mostram o quanto as situações aqui analisadas revelam a posição dos autores durante seu processo de criação literária, mesmo se tratando de um trabalho escolar. O efeito que esta construção alcançou pode ser considerado como surpreendente.

As situações discursivas analisadas nos mostram que a linguagem escrita pode auxiliar na construção subjetiva e para tanto, basta ocorrer uma articulação que provoque um efeito sobre este sujeito.

O efeito-autor e a sublimação podem ser encarados como ferramentas essenciais para que a situação de “mudança subjetiva” ocorra.

Aqui podemos vislumbrar ainda o encontro que pode representar e embasar este processo de mudança subjetiva: A Análise de Discurso com a Psicanálise.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo estabelecer uma relação conseqüente entre a subjetividade do sujeito da escrita, com o efeito de autoria que esta escrita produz, através de subsídios lingüísticos e psicanalíticos, encontradas nas histórias produzidas por crianças de quinta-série do ensino fundamental.

Acredita-se que neste processo de confecção de uma história, algo da subjetividade se transforma, auxiliando a criança a lidar com situações vivenciadas de forma traumática como a mudança corporal, adaptações sociais, aceitação corporal, além de outras questões ligadas a puberdade que estas crianças em questão estavam se preparando para enfrentar.

Os conteúdos das histórias aqui analisadas nos revelam a posição que seus autores estavam tendo que enfrentar diante do mundo e das coisas que fazem parte dele, como as questões familiares e de rejeição social.

A Análise do Discurso (A.D.), método utilizado como referência para este trabalho dissertativo, busca analisar e entender o funcionamento das diversas formas de discurso caracterizadas nos vários contextos sociais, políticos e históricos.

Para Orlandi (2003, p. 11) “a A.D. se constrói como uma proposta crítica que procura problematizar as formas de reflexão estabelecidas.”

A heterogeneidade constitutiva aparece como uma forma de demonstrar que o sujeito se revela /constitui pelo discurso e que também é atravessado por outros discursos.

Segundo Coracini (2001, p. 139), “a partir deste conceito de heterogeneidade do discurso pode-se pensar que este deixa de ser um lugar privado para ser também um lugar do equívoco, responsável por diferentes sentidos produzidos.”

Além da noção de heterogeneidade constitutiva, a noção de ideologia e inconsciente desenvolvidas por Pêcheux (1988) nos auxiliaram nesta construção teórica que embasou este trabalho dissertativo.

Para o autor supracitado, o inconsciente e ideologia produzem um tecido de evidências subjetivas deve-se entender este último adjetivo não como algo que afete o sujeito, mas que o constitua. A noção de interdiscurso, complexo dominante das formações discursivas, proposta pelo mesmo autor, também nos auxiliou nesta investigação subjetiva.

O esquecimento numero 1 e 2 correspondem em formas de relacionar as abordagens escolhidas para entendermos o processo subjetivo proposto: A.D. e Psicanálise.

Para Pêcheux (1988), estas instâncias correspondem ao inconsciente e pré-consciente psicanalítico, facilitando o entendimento do processo da escrita como processo subjetivo na relação proposta nesta pesquisa.

O D. P. não pôde ser deixado de lado, já que o material confeccionado foi produzido justamente no ambiente escolar.

Autores como Bernstein, Orlandi e Gallo nos auxiliaram nesta construção teórica.

Para Orlandi (2001) e Bernstein (1996), o D.P. e o Autoritarismo fazem parte do discurso autoritário do controle simbólico que mantém o sistema político e social de uma determinada realidade.

Para Gallo (2002, p. 97) “o D.P. consiste na crença de que a escrita possui uma correspondência direta e transparente com a oralidade ou mais arcaicamente, com a transcrição do pensamento.”

A noção de função – autor, autoria, forma-sujeito e efeito autor complementam a relação teórica proposta referente à A.D.

Ainda para Gallo (1992, p. 58), “a assunção de autoria pelo sujeito, ou seja, a elaboração da função autor, consiste, em última análise, na assunção da construção de um sentido e de um fecho organizadores do texto.”

Para Pêcheux (1988) as propriedades discursivas da forma-sujeito do ego-imaginário são examinadas como sujeito do discurso. Este sujeito se constitui pelo discurso e pelo esquecimento daquilo que o determina.

Nesta construção teórica proposta, algo se revela: a posição dos autores durante seu processo de construção literária, mesmo se tratando de um trabalho escolar. O efeito que esta construção alcançou pode ser considerado como surpreendente.

O mais relevante ponto desta análise refere-se a importância que as próprias crianças comentaram sobre o livro produzido, em um espaço denominado “comentário do autor”. A emoção de começar algo e terminar faz com que percebamos o quanto este trabalho provocou uma mudança subjetiva em suas vidas. Todas as histórias tiveram um início, um meio e um fim. Isto fez com que a criança aprendesse a lidar com situações que ela muitas vezes acreditava que não pudesse ser contornada

Para ilustrar o que foi citado anteriormente, cabe retomar alguns registros deixados pelos autores:

“A experiência de escrever um livro foi nova e bastante divertida. Sabe, pela primeira experiência valeu super a pena.

Com este livro acho que conseguirei passar alguns pensamentos meus, e isso é legal. Nunca pensei que conseguiria escrever um livro. Foi uma coisa assim, escrever um livro, me sentir importante, a noite de autógrafos, as pessoas comprando o meu livro. Para mim o meu livro é o meu maior orgulho”

“Fazer um livro é um saco, mas também é divertido. O melhor vem na noite de autógrafos, por ter escrito e publicado um livro, se divertir e lucrar em cima disso.”

“Eu adorei a história de ter minha própria personagem para eu escrever minha própria história, meu próprio livro.”

Os equívocos demonstrados pelas crianças fazem-nos perceber o quanto o inconsciente freudiano e o esquecimento se fazem presente, porque muitas vezes os autores se revelaram através da figura do autor, do narrador e do estudante que precisava confeccionar uma história para a professora de Língua Portuguesa.

No que se refere à relação teórica proposta da Psicanálise, a constituição do sujeito do inconsciente, inaugurada por Freud e retomada por Lacan, nos possibilitou a articulação necessária para fundamentar esta dissertação.

O estágio de espelho, teoria reformulada por Lacan (1998), trouxe-nos a compreensão da noção subjetiva psicanalítica.

Segundo Kauffman (1996), muito mais que o desenvolvimento genético, o estágio de espelho indicaria, para Lacan, o momento do advento histórico em cujo curso se organizaria a estrutura do sujeito. É neste processo inconsciente que se constitui a especificidade da relação do sujeito com o mundo.

O real, o simbólico e o imaginário são conseqüências importantes do estágio de espelho.

Para Lacan (1998, p. 277)

o sujeito, na fase do estágio de espelho, tem por fundamento a ficção narcisista: o outro a quem tal sujeito ama e lhe é tão parecido que deixa de ser o outro. Essa relação dual, nitidamente expressa no relacionamento da criança com a mãe, pertence ao

domínio do imaginário, já que o sujeito enquanto [eu] só surge com a participação de um terceiro, isto é, um mediador simbólico que se coloca entre [eu] e o outro, permitindo assim a determinação do [eu] como não-outro.

Segundo Lacan (1998, p. 55), o real é aquilo que escapa que está para além do retorno, da volta, da insistência dos signos, aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer. Na origem da experiência psicanalítica, o real é apresentado na forma do que nele há de inassimilável – na forma do trauma.

O real se mantém fora da simbolização e é inacessível a palavra.

Rudge (1998, p. 52) afirma que “na medida em que o real está excluído da rede simbólica, só pode manifestar-se como algo que não se relaciona à intencionalidade do sujeito. O que foi rejeitado do simbólico foi exatamente um símbolo.”

Na análise realizada pôde-se verificar uma tentativa de se metaforizar o real através da escrita, que pode ser encarada como uma forma do sujeito lidar com situações difíceis de serem compreendidas e também encaradas como traumáticas. Se essas questões não forem simbolizadas, elas retornam muitas vezes através de sintomas que podem levar o sujeito a desenvolver uma possível patologia psíquica.

A escrita é percebida pela psicanálise como uma das formas do sujeito não se fixar em sintomas. A esta possibilidade de simbolização Freud irá chamar de sublimação.

Há várias dessas soluções para rematar satisfatoriamente conflito e neurose as quais em determinados casos podem combinar-se entre si. Ou a personalidade do doente se convence de que repelira sem razão o desejo e consente em aceita-lo total ou parcialmente, ou este mesmo desejo é dirigido para um alvo irrepreensível e mais elevado (o que se chama sublimação do desejo) ou finalmente reconhece como justa a repulsa. (FREUD, 1998, p. 42)

Neste trecho, Freud aponta a sublimação como uma possibilidade para sanar o conflito psíquico. A simbolização é necessária, seja através da articulação consciente do que

lhe ocorreu ou pela a verbalização daquilo que antes não foi representado, ou mesmo através de um ato mais elevado, como a escrita ou a pintura.

Para Freud o período de latência se caracteriza pela estratificação de impedimentos a sexualidade infantil. Neste contexto erguem-se a moralidade e os ideais estéticos. A própria imaturidade biológica do indivíduo dificulta o escoamento libidinal que se confronta, ainda, com os princípios coercitivos da educação e das regras de civilidade. Forma-se portanto, um terreno propício para que o campo da estética absorva o objeto pulsional primeiro, desviando-o. As relações entre criação literária e a fantasia inscrevem-se neste processo. (Cruxên, 2004, p. 17)

Com base no que foi afirmado acima, percebeu-se que o que determina a não linearidade textual é uma impossibilidade pontual de sublimação, que pode ser descrito como momentos onde há o que Lacan irá denominar de encontro com o real. Outras situações que puderam ser percebidas da mesma forma refere-se a alteração corporal vivenciada pelas personagens e a utilização de reticências em situações onde esta mesma personagem se depara com o desconhecido.

Encara-se como desconhecido tudo aquilo que se acredita não ter sido experienciado anteriormente: mudança corporal, abandono do corpo infantil e descoberta da sexualidade.

Percebe-se que o trabalho promovido com estas crianças possibilitou que a escola assumisse um papel de promover um exercício de metaforização através da escrita, ou seja, aquilo que estava pedindo por um sentido pode ser substituído pela possibilidade de produção literária. A escola promoveu assim um espaço para a sublimação de situações no exato momento onde aqueles sujeitos estavam tendo alguma dificuldade na compreensão, e que consideramos como traumáticas.

Com base nesta experiência, pode-se afirmar que quanto mais valorizada for a produção – efeito autor – mais valorizada será o esforço de sublimação como um caminho possível para as fantasias infantis, muitas vezes aterrorizadoras nesta etapa de desenvolvimento.

Por outro lado, quanto mais estimulada a metaforização destas situações descritas anteriormente, maior será a possibilidade de ocorrer uma mudança subjetiva. Portanto, a sublimação não deixa de ser um caminho, mesmo que parcial, para a metaforização do corpo. Uma possibilidade de dizer aquilo que não pode ser dito.

O efeito autor possibilita que este caminho seja produzido, já que é através do fecho de sentidos promovidos pela confecção de histórias que obtém-se a unidade. A responsabilidade de ver na escrita a possibilidade subjetiva pode ser promovida fora do contexto terapêutico e analítico.

A escola, enquanto instituição social, reconhecida através do trabalho de um professor, também deve promover algo que não seja encarado como uma pura reprodução de conhecimentos. Ao mesmo tempo em que o professor e terapeuta podem promover um caminho possível para a metaforização, o inverso pode gerar o contrário: a não promoção da mudança subjetiva.

Uma consequência deste processo de não promoção da mudança subjetiva pode ser percebida pela dificuldade que muitos adultos possuem diante da escrita. Isto ocorre justamente pelo fato do sujeito não perceber a importância de se confeccionar algo que possua um início, um meio e um fim, ou seja, de se perceber como um corpo integrado e consequentemente inteiro. Outra consequência seria a de não ter essa oportunidade de experimentar essa dimensão da escrita como lugar da subjetivação e ao mesmo tempo de unidade. Ao contrário, na maioria dos casos, a escrita só é experimentada enquanto grafia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, Arminda. **A criança e seus jogos**. 2. ed.. Porto Alegre : Artes médicas, 1992, 88p.

ALTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidades enunciativas. In: ORLANDI, Eni; GERALDI, João. O discurso e suas análises. **Cadernos de estudos lingüísticos**. Campinas: Unicamp, n. 19, p. 25-42, 1990.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística geral I**. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2005, 387p.

BERNSTEIN, Besil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. 6. ed. Petrópolis : Vozes, 1996, 301p.

BORGES, Luiz. Redemoinho às Avestas ou um Eu se Auto-(Re) Clama Sujeito. **Revista da Anpoll**. São Paulo, n.. 8, p. 103-129, jan/jun. 2000.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Da língua ao discurso, do homogêneo ao heterogêneo.. In: BRAIT, Beth (org.) **Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas**. São Paulo: Fapesp, p. 59-69, 2001.

BRANDÃO, Terezinha. A heterogeneidade do Sujeito: contribuições de teorias da Enunciação. In: INDURSKY, Freda; Campos, Maria do Carmo (org.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, p. 159-167, 2000.

CHEMAMA, Roland. **Dicionário de Psicanálise**, .2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas sul, 1995, 225p.

CORACINI, Maria José R. Faria; PEREIRA, Aracy Ernest. **Discurso e Sociedade: práticas em análise do discurso**. Pelotas: ALAB/ADUCAT, p.137-155, 2001.

CRUXÊN, Orlando. **A sublimação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 68p.

EIZIRIK, Cláudio Laks. **O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica**. Porto Alegre: Artimed, 2001, 199p.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua no limite da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: UFRS, 2000, 126p.

FREUD, Sigmund. **Cinco lições de psicanálise, Leonardo Da Vinci e outros trabalhos**. 8. ed. Rio de Janeiro: ed. Imago, 1996, 283p.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004, 223p.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino**. São Paulo: ed. Unicamp, 1992, 115p.

_____. BALIEIRO, Clay Rienzo. Escrita e Surdez: uma proposta discursiva. In: **Linguagem e escrita: referenciais para a clínica fonoaudiológica**. São Paulo: Plexus, cap. 5, p.. 93-109, 2002.

_____. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? In: **Linguagem em (Dis)curso** ..v.1, n. 1, p. 61-69, Santa Catarina: Unisul, 2001.

GOEPPERT, Sebastian e Herma. **Linguagem e Psicanálise**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, p. 109 – 112, 1988.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Lacan, o grande freudiano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

KAUFMANN, Pierre. **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge zahar, 1996. 785p.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, 1998. 937p..

_____. **O Seminário: . os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, n. 11, 1996. 269p.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário de Psicanálise**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, 155p.

MALISKA, Maurício Eugênio. **Entre lingüística e Psicanálise: O real como causalidade da língua em Saussure**. Curitiba: Juruá, 2003, 96p.

MILLER, Jacques-Allan. **Percursos de Lacan: uma Introdução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, 152p.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987, 82p.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2001.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed.. São Paulo: Pontes, 2003. 276p.

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. São Paulo : Unicamp, 1988, 317p.

POSSENTI, Sírio. **Indícios de autoria**. Florianópolis: Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 105-124, jan/jun. 2002.

ROUDGE, Ana Maria. **Pulsão e linguagem: esboço de uma concepção psicanalítica do ato** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, 158p.

Este trabalho foi digitado conforme o Modelo:
“Modelo Básico”
do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem
da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
desenvolvido pelo Prof. Dr. Fábio José Rauen.